ROSANA MARIA DOS SANTOS
(ORGANIZADORA)

INOVAÇÃO E GÊNERO:

EM BUSCA DE UM MUNDO INCLUSIVO 2

Atena Editora
Ano 2023

ROSANA MARIA DOS SANTOS
(ORGANIZADORA)

INOVAÇÃO E GÊNERO:

EM BUSCA DE UM MUNDO INCLUSIVO 2

Atena
Editora
Ano 2023

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizada: Rosana Maria dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58 Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo 2 / Organizadora Rosana Maria dos Santos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-1892-4
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.924231611

1. Identidade de gênero. 2. Inclusão social. I. Santos, Rosana Maria dos (Organizadora). II. Título.

CDD 305.31

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

DECLARAÇÃO DA EDITORA

O volume ‘Organização, inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo 2’ apresenta quatro artigos que estão expostos, na obra, através de capítulos de livros, por terem temáticas, áreas de conhecimentos e abordagem metodológicas em comum. Nesse contexto, os artigos versam sobre as questões listadas no título deste e-book. É válido destacar o aspecto democrático de acesso **à**s diversas pesquisas dos estudantes, docentes e pesquisadores de diferentes regi**ões** e universidades do país. Esse fato, oportuniza aos leitores a possibilidade de se debruçarem sobre várias metodologias e pesquisas, de forma acessível e gratuita.

No e-book, o leitor encontrará textos que analisam as desigualdades de gênero e a convicção histórica de um binarismo que coloca mulheres e homens em lados opostos. Nesse sentido, aos homens se atribuem os valores da força, racionalidade, virilidade, senso crítico e, desta forma, seriam eles os mais capazes para exercerem funções públicas na sociedade. Já as mulheres, são representadas de forma oposta: sensíveis, emotivas, irracionais, devido ao seu instinto materno, logo, frágeis e inábeis para atuarem fora do lar. Assim, por muito tempo, às mulheres negou-se a atuação em espaço público, sobretudo, a instrução acadêmica. Já para os homens, foi possibilitado, por diferentes meios, o seu desenvolvimento intelectual pautado na crença de que sua instrução formal traria benefícios para a humanidade. O direito ao acesso à educação, igual àquela destinada aos homens, foi reivindicado no princípio da organização do movimento feminista no início do século XX. Assim, temos a necessidade, urgente, de pesquisas e produções acadêmicas que possam contribuir com a valorização das histórias de luta das mulheres e, ao mesmo tempo, denunciar as violências de gênero veladas ou explícitas. Tais produções devem também buscar desmistificar alguns estereótipos atribuídos à mulher na sociedade.

Posteriormente, são problematizados os aspectos que envolvem a diversidade humana por meio das manifestações culturais que evidenciam as diferenças de gênero. Diante deste cenário, é fundamental olhar para a coletividade como lugar do encontro das diferenças. Por isso , é necessário a mobilização social para iniciarmos o processo da inclusão, pois é através desse movimento que podemos pensar numa sociedade que esteja voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconheça e valorize as diferenças e as memórias. Isso implica em mudança no paradigma da mentalidade machista, heteronormativa e distópica, transformações essas que resultam na ruptura de toda uma estrutura organizacional que tem sido pautada no modelo técnico-científico da modernidade, em contraponto com uma mentalidade que valoriza e coloca no centro do debate as vivências subjetivas, afetivas e impulsiona a capacidade criativa do ser humano.

Desse modo, a obra ‘Organização, Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo 2’ apresenta conceitos e teorias bem fundamentadas, contribuindo para a produção científica do país. Através desse sucinto itinerário pelos textos que compõem a presente obra, procuramos levar ao leitor uma ideia, ainda que limitada, das variadas direções, temáticas e horizontes sobre os temas que envolvem as questões de gênero, cultura, memória e relações de poder.

Rosana Maria dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

GÊNERO, PROFISSÕES E MERCADO DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Data de aceite: 01/11/2023

Dayse de Paula Marques da Silva
UERJ

RESUMO: Este texto trata de uma pesquisa realizada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulada *Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: buscando um diálogo no campo dos direitos humanos*, desenvolvida no *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas* – PEGGE/PR3/FSS/UERJ. É resultado dos estudos desenvolvidos no mestrado (1989) e doutorado (1998), cuja área de concentração temática – gênero e etnia – foi mantida até o momento atual da carreira docente. O pós-doutorado em Sociologia e Direito, no PPGSD/UFF, foi realizado de 2018 a 2019, na parceria realizada com a Faculdade de Direito, da Universidade Federal Fluminense (UFF). A pesquisa tem estimulado a implantação de ações vinculadas a políticas específicas de gênero e etnia no mercado de trabalho. Neste texto, serão destacadas as reflexões referentes às relações de gênero no ambiente corporativo. Seus objetivos são analisar: o impacto das políticas de gênero e etnia do Estado brasileiro nos cursos universitários; as parcerias entre universidades e mercado de trabalho na implementação de novas formas de gestão e incentivos para progressão em carreiras que enfrentam discriminação de gênero e etnia; o potencial de mudanças nas políticas públicas de gênero e etnia na estrutura de carreiras no mercado de trabalho e oferecer cursos de formação universitária que possibilitem aos futuros profissionais a superação da discriminação de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho.

1 | INTRODUÇÃO

Os avanços no estudo incorporaram ao debate sobre as relações de gênero o impacto da identidade étnico-racial em escolhas profissionais, uma interface incentivada nos estudos sobre a identidade de gênero e formas de inserção no mercado de trabalho. O instrumento utilizado é o Anuário Estatístico da UERJ, o DATAUERJ, que oferece informações sobre o sexo e a cor dos estudantes por cursos, centros e campus. A pesquisa tem levantado essas informações, e a predominância por sexo em alguns

cursos é evidente. A concentração por sexo é uma marca histórica em alguns cursos universitários. O projeto tem interesse em explorar as causas desse fenômeno e se as motivações têm se alterado ao longo do tempo, comparando o que foi observado na tese de mestrado (SILVA, 1989) e doutorado (SILVA, 1998), bem como os dados que estão no DATAUERJ. Desse modo, a metodologia sugerida no projeto propõe três etapas: o levantamento de distribuição por sexo, cor e reserva de vagas por curso e por centro na UERJ; entrevistas com gestores dos cursos universitários nos quais ocorre concentração extrema dessas características no perfil dos estudantes; entrevistas com gestores que atuam em setores de captação de vagas para estágio supervisionado nas áreas em que essa concentração ocorre.

Uma das metodologias propostas no projeto é a comparação entre as publicações de organismos internacionais e a de órgãos nacionais referentes às políticas públicas de gênero nos últimos 20 anos. No Brasil, foram lançadas várias políticas públicas específicas de gênero e etnia, desde o início do século XXI, no rastro do lançamento das chamadas oito metas do milênio que, hoje, já contam com 17 metas, lançadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre elas, se mantém a da igualdade de gênero, com visibilidade e recursos específicos. É muito comum que a agenda internacional estabeleça prioridades na pauta política nacional. Foi o que verificamos, a partir de uma série de iniciativas do governo brasileiro, desde que as oito metas do milênio foram lançadas em 2000, entre elas a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, alteradas na sua autonomia administrativa, a partir de 2016, com diferentes retrocessos nas políticas públicas oferecidas. A mudança recente no quadro político do país, resultado das eleições em 2022, evidencia a retomada das propostas que estavam em andamento com base nos Planos Nacionais. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) teve a sua primeira versão em 2004, seguido do II PNPM, em 2007, e o III PNPM, em 2013. O Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) foi lançado em 2009.

O projeto de pesquisa tem trabalhado com essas políticas ao longo das últimas décadas e, no momento, particularmente, com o III PNPM (2013-2015), pois não há um plano novo desde 2016. O documento é uma referência importante quanto às iniciativas do Estado no oferecimento de políticas públicas específicas para as mulheres e enfrentamento da discriminação de gênero na sociedade brasileira. O mercado de trabalho é o objeto de análise da produção deste texto, sob o viés do gênero na estrutura de empregos mais qualificada pela certificação no ensino superior. Este grau de formação educacional confere mais prestígio, *status* e revela mais poder na organização da sociedade. Como este poder, historicamente, foi negado às mulheres e outros segmentos da sociedade – negros, indígenas, imigrantes, refugiados etc. –, será destacado o campo de estudos que explora as relações de poder no espaço universitário (a sociologia das profissões e o campo de estudos que analisa a exclusão das mulheres deste lugar), os estudos de gênero.

2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto tem como base explicativa as produções referentes à teoria de gênero – hierarquias entre as representações culturais do masculino e do feminino (SCOTT, 1990, 2002; Bourdieu, 2002) – e as dos grupos profissionais – hierarquias entre níveis e tipos de conhecimento (ELLIOT, 1975; LARSON, 1977; FREIDSON, 1986; BOURDIEU, 1989; WEBER, 1982) como sistemas de poder estabelecidos nas sociedades.

O objeto de estudo são os cursos de ensino superior (COELHO, 1999) e sua relação com o mercado de trabalho. A interseção entre a sociologia das profissões e a sociologia do trabalho, por meio de um tema específico como o gênero, ainda é uma iniciativa recente no que se refere ao debate das profissões na tradição sociológica. No Brasil, no campo do trabalho, houve um investimento maior por parte de pesquisadoras associadas à militância feminista (SOUZA-LOBO, 1991) em provocar o debate no ambiente sindical. No campo das profissões, o debate foi estimulado pelos estudos associados à educação a partir de muitas publicações da Fundação Carlos Chagas, no Brasil (ROSEMBERG, 1992; LOURO, 1987). As pesquisas têm demonstrado assimetrias muito resistentes entre homens e mulheres no mercado de trabalho, como nas diferenças salariais, promoções, escolhas de carreiras etc.

O projeto de pesquisa tem analisado as diferenças nas escolhas de carreiras e seu possível impacto no mercado de trabalho. Outros problemas foram observados, conforme foram avançando os estudos, tais como o assédio moral, sexual e diferentes formas de desestímulo na carreira para mulheres. Nos ambientes em que a tradição da corporação é masculina, o problema se agrava.

Essas relações de poder não são objeto de análise no campo da sociologia das profissões ou são muito pouco exploradas. O fato de estes problemas ocorrerem em carreiras mais qualificadas, nas quais as mulheres concorrem em seleções de maior competitividade intelectual e técnica, ainda surpreende bastante. Esse é um debate que a universidade necessita fazer. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi o “carro-chefe” do movimento feminista, após o movimento sufragista que lutou pelo voto das mulheres. Muitas demandas referentes às condições de vida das mulheres estavam relacionadas ao seu papel na organização familiar. Medidas para proteção da maternidade e da família foram o foco das primeiras convenções internacionais.

A saída da mulher da casa para o mercado foi objeto de muita controvérsia no início do século XX. Conforme a industrialização e o sistema capitalista se afirmavam como modelo econômico, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi bastante criticada por aqueles que temiam a desestruturação da família e a perda do controle do Estado sobre o núcleo familiar. As feministas eram reconhecidas como um grupo que ameaçava a família e tendiam a ser extremamente hostilizadas e desqualificadas social e moralmente.

No Brasil, o Estatuto da Família que foi apresentado no Governo Vargas remetia às mulheres a “missão” de, praticamente, “salvar a pátria”. Impressionante o peso colocado

sobre o “ombro das mulheres” que o documento revela. É possível entender por que as primeiras convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) já incluíam uma preocupação com as mulheres e o mercado de trabalho.

> Conforme a C004 – Convenção relativa ao Trabalho Noturno das Mulheres: I — Convocada em Washington, pelo Governo dos Estados Unidos da America, aos 29 de outubro de 1919; II — Dados referentes ao Brasil: a) aprovação = b) ratificação = 26 de abril de 1934; c) promulgação = Decreto. 423, de 12.11.1935; d) vigência nacional = 26 de abril de 1934. A Conferencia Geral da Organização Internacional do Trabalho da Liga das Nações, convocada em Washington pelo Governo dos Estados Unidos da America, aos 29 de outubro de 1919. Depois de haver decidido adoptar diversas propostas relativas ao “emprego das mulheres durante a noite”, questão prevista no terceiro ponto da ordem do dia da sessão da Conferencia effectuada em Washington, e depois de haver decidido fossem essas propostas redigidas sob a forma de um projecto convenção internacional, adopta o Projecto de Convenção abaixo, sujeito á ratificação pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho, de conformidade com as disposições da parte relativa ao trabalho do Tratado de Versalhes de 28 de junho de 1919, e do Tratado de Saint-Germain, de 10 de setembro de 1919. Artigo 3º: Sem distincção de idade, as mulheres não poderão ser empregadas durante a noite em nenhum estabelecimento industrial público ou privado, como tão pouco em qualquer dependência de um desses estabelecimentos, excepção feita dos estabelecimentos onde são só empregados os membros de uma mesma família (https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_234871/lang--pt/index.htm - Acesso em: 01 jun. 2023)

O debate contemporâneo sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda gira em torno da questão da mulher e o seu lugar na família, mas sob outro viés. O discurso da moral e dos bons costumes (embora ainda presente) tem menos apelo, e a administração do tempo entre trabalho e atividades domésticas toma o seu lugar. Superada a resistência à aceitação das mulheres no trabalho remunerado e fora de casa, se inicia uma longa e difícil luta para o reconhecimento da contribuição das mulheres ao desenvolvimento da sociedade industrial.

2.1 A Sociologia das Profissões

A qualificação profissional como objeto de investigação sociológica aponta diferentes “instâncias” para a análise das relações de poder no campo do conhecimento científico: a universidade, os órgãos reguladores e as associações profissionais. A universidade seria o lugar da formação e afirmação da *expertise*, na qual o saber diferenciado, a adquirir *status* científico, se consolidaria, particularmente, por meio da produção de pesquisas.

Os órgãos reguladores, dos quais a universidade não escapa, evidenciam a estreita relação entre o Estado e essas “instâncias” de afirmação e divulgação do conhecimento científico. No caso brasileiro, os processos de aprovação das grades curriculares dos cursos universitários, pelo Ministério da Educação (MEC), marcam essa realidade. Caso a grade

curricular não seja aprovada ou se torne objeto de variadas exigências, o curso não tem permissão para funcionar. Os programas de avaliação periódica que estão em andamento, no Brasil, quanto a cursos já existentes e pedido de abertura de novas faculdades ou universidades, também revelam essa estrutura burocrática de validação do conhecimento científico. Existem variados critérios para se reconhecer um tipo de saber como técnico-científico, que implica uma discussão sobre conteúdos disciplinares e até onde revelam uma complexidade de raciocínio, de conhecimento avançado sobre determinado objeto de interesse social, econômico ou político.

Os órgãos reguladores são aqueles que organizam a profissão, a partir do momento em que esta etapa, quanto à formação de um curso universitário, à estrutura formal de reconhecimento de um saber, de uma aptidão específica baseada em critérios técnico-científicos, se consolida burocraticamente. No caso, houve a aprovação para abertura de matrículas, em uma faculdade ou universidade nova, por exemplo. Precisam apresentar órgãos reguladores como o Conselho Federal, Conselho Regional e suas diferentes seções nos estados correspondentes à localização dos profissionais. São órgãos fiscalizadores da prática profissional e responsáveis pela elaboração dos códigos de ética.

As associações profissionais são entidades autônomas de organização política dos grupos profissionais, como sindicatos e associações profissionais diversas, que se apresentam como organizações sem fins lucrativos, em torno de interesses que circundam a profissão: piso salarial, valorização da *expertise,* divulgação do grupo profissional, abertura de mercado de trabalho. Em alguns momentos os conselhos profissionais são confundidos com os sindicatos e as associações, mas são entidades distintas. E o que tudo isso tem a ver com relações entre homens e mulheres, na sociedade – o debate sobre gênero como uma categoria analítica de comportamento social e formação de grupos de identidade?

2.2 O gênero como uma categoria analítica e transversal nas ciências sociais

Esses dois campos temáticos, o gênero e as profissões, se encontram no debate das relações de poder na sociedade moderna (SCOTT, 1990). A afirmação de um conhecimento científico se estabelece a partir do exercício de argumentos com base em estudos sistemáticos, complexos, capacidade cognitiva, revelando processos específicos de conhecimento para explicar um problema. Pressupõe domínio de instrumentos metodológicos que necessitam, por vezes, de outros conhecimentos específicos agregados para apoio explicativo: publicações de outros campos temáticos que não fazem parte do cotidiano daquela disciplina científica, métodos estatísticos diferenciados e, hoje, acompanhamento de uma tecnologia quase impossível de seguir.

A “questão da mulher” que surge com o movimento feminista na pauta política denuncia a desigualdade de poder entre os homens e as mulheres, e este fato revela a submissão da mulher, apesar do impacto das ideias iluministas na estrutura de poder. A

sociedade democrática republicana no seu formato político, em oposição à monarquia e ao sistema feudal de organização econômica, não inclui as mulheres e os escravos recém-libertos, apesar do discurso da igualdade e do avanço do conceito de cidadania.

O modo de produção capitalista, no início de sua implantação, absorve mulheres e crianças como mão de obra, extremamente explorada. A inclusão política e cidadã não ocorre. Este fato provoca um debate sobre a necessidade de garantias de proteção à família, ameaçada pela "ganância dos industriais".

> (...) O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo. Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar.
> CARTA ENCÍCLICA "RERUM NOVARUM" DO SUMO PONTÍFICE PAPA LEÃO XIII SOBRE A CONDIÇÃO DOS OPERÁRIOS. ***1891,*** Comunicazione Libreria Editrice Vaticana. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 01 jun. 2023.

A exploração e a não inclusão como ator político também ocorre com os homens, tendo em vista que se configura um sistema político fortemente hierárquico com base na propriedade privada. Entretanto, ocorreu um tipo de exploração mais violenta com mulheres e crianças. Os operários começaram um processo de mobilização política que resultou nos sindicatos. Na evolução deste problema, do aproveitamento da mão de obra feminina e infantil no processo de acumulação capitalista, surgem as convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já no início do século XX. A encíclica papal citada anteriormente é de 1891, final do século XIX, e foi lançada, conforme o movimento operário se organizou e as insatisfações com as condições miseráveis de vida explodiram no quebra-quebra das máquinas industriais.

Nesse momento, a "questão das mulheres" não é a que discutimos hoje, a partir do movimento feminista e suas demandas políticas. O que estava em foco era a estrutura da família, cuja centralidade sempre esteve na mulher, membro responsável "naturalmente" pela organização do espaço doméstico e pelo cuidado com os filhos e os doentes. O trabalho remunerado não pode ser considerado, ainda, uma aspiração feminina à liberdade individual, às escolhas diferenciadas que não limitem as mulheres à constituição de família, uma busca de realização pessoal e expressão de uma nova identidade cultural. É uma estratégia de sobrevivência, diante da pauperização e do colapso da sociedade feudal que

as desaloja do campo e do cultivo da terra.

Portanto, não estamos nos referindo a profissões, a uma inserção qualificada no mercado de trabalho que permita competir de igual para igual com os homens em carreiras promissoras e muito bem remuneradas. A constituição da família, neste momento histórico, não é uma opção que os métodos contraceptivos favoreceram para as mulheres. Cuidar do marido, dos filhos, dos netos, dos doentes de sua própria família de origem, da família do marido, da casa e todo o trabalho repetitivo e maçante que isso envolve diariamente não era uma escolha, era um destino implacável, sem escapatória possível.

Quando surgem as ativistas no enfrentamento da submissão das mulheres no século XIX, de forma mais organizada, o que leva ao movimento sufragista na Europa, o capitalismo já tinha consolidado a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a superexploração dessa mão de obra. Buscava-se regulamentar esse processo e definir normas reguladoras, que evitassem a desestruturação familiar.

Quando avança o movimento político das mulheres por mais autonomia e reconhecimento da importância do acesso à educação por todos os segmentos da sociedade, torna-se uma obrigação do Estado garantir a rede de ensino universal. A partir daí, se observa uma discussão sobre habilidades e inaptidões femininas.

No Brasil, quando o governo investe para a construção da nação no período Vargas, e uma das prioridades é a criação do sistema educacional do país, a proposta de uma rede de ensino segregada por sexo teve muita força, influenciada pelo Estatuto da Família, na ocasião.

> (...) A área de educação e cultura não parece ter sido central entre as preocupações quotidianas do presidente, e isto aumentava, sem dúvida, a liberdade de ação do ministro, ainda que restringisse um pouco o seu acesso. Em alguns casos – como nos episódios do Estatuto da Família e da disputa com o Ministério do Trabalho sobre o controle do ensino industrial, que serão vistos mais adiante – fica claro que a ação do titular da educação tinha seus limites, e que os princípios éticos e pedagógicos por ele defendidos eram vistos com ceticismo pelo palácio. Não há dúvida, no entanto, que Vargas não tinha nenhum interesse em alienar o apoio da Igreja, desde que ela não cobrasse um preço muito além das emendas religiosas. (BOMENY, COSTA e SCHWARTZMAN, p. 49, 1984)

Qualquer semelhança com a realidade atual não parece mera coincidência, considerando a repetição de fatos históricos em função do tempo quase estático da cultura em alguns espaços e comportamentos, principalmente nos palácios.

Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde do Governo Vargas e tinha uma relação muito próxima com a Igreja, explicitando sempre o seu compromisso com a pauta católica. A questão moral e política envolvendo as mulheres e a criação de oportunidades profissionalizantes específicas é emblemática nesse período histórico, no Brasil. Os fatos analisados mostram claramente as implicações do gênero na trajetória das mulheres no mundo das profissões.

> O projeto do Plano Nacional de Educação de 1937 previa a existência de um ensino dito "doméstico", reservado para meninas entre 12 e 18 anos, e que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino. Seu conteúdo era predominantemente prático e profissionalizante, e fazia parte, no plano, do capítulo destinado ao ensino da "cultura de aplicação imediata à vida prática ou ao preparo das profissões técnicas de artífices". Era, pois, destinado principalmente a mulheres de origem mais humilde, ainda que pudesse atrair também mulheres de origem social mais elevada, que dessa forma poderiam manter-se em um regime estritamente segregado. Segundo o plano, o ensino feminino se dividiria em doméstico geral (dois ciclos), doméstico agrícola (também dois ciclos) e doméstico industrial. O primeiro ciclo prepararia as mulheres para a vida no lar, o segundo formaria as professoras para esse sistema. (BOMENY, COSTA e SCHWARTZMAN, p. 108, 1984)

É uma evidência a submissão da habilidade científica e suas exigências a pressupostos culturais associados à "natureza" de homens e mulheres. O conteúdo disciplinar de alguns currículos propostos para o ensino segregado por sexo mostra o impacto dos valores morais que acompanhavam a construção da feminilidade e masculinidade na sociedade. O exercício intelectual, mais complexo, mais sofisticado, não estava destinado às mulheres. São oferecidas "atividades práticas" na sua profissionalização e voltadas para afazeres domésticos.

Essa perspectiva já estava colocada desde o período imperial, como informa Guacira Lopes Louro.

> Em termos formais e a nível nacional, a instrução feminina aparece na Constituição de 1824, evidentemente revelando as restrições da época; ou seja, propondo que as meninas frequentem as escolas de primeiras letras, as pedagogias, em classes separadas dos meninos e lecionadas por professoras mulheres (as quais deveriam ser comprovadamente honestas e dignas). De um lado estas afirmações representam não só a oportunidade de estudo para as meninas, mas também um espaço profissional para as mulheres (como professoras), o que é um avanço; mas de outro lado, os liceus, ginásios e academias ainda ficavam restritos aos rapazes, e supunha-se que o currículo das classes femininas deveria ser diferente (reduzido em alguns aspectos, inclusive) do dos meninos do mesmo nível. (LOURO, p. 25, 1987)

O *status* científico do conhecimento para a afirmação no conjunto das relações de poder não foi garantido na trajetória da profissionalização das mulheres, o que indica uma corrida em desvantagem nesse *ranking,* logo na largada. As mulheres foram inseridas no mercado de trabalho desde o início do capitalismo, mas de forma precária e marcadas pela superexploração, como foi o caso das mulheres operárias. A profissionalização atinge mais as mulheres que pertencem às camadas mais abastadas da sociedade, embora absorva a expectativa daquelas oriundas de extratos mais pauperizados. A formação universitária torna-se uma demanda das famílias que pretendem oferecer novas oportunidades para suas filhas, de modo a não perderem a feminilidade, representada também no seu papel como mãe e cuidadora da família. Essa ambiguidade acompanha todo o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho e se consolida como uma das principais

controvérsias na luta pela emancipação das mulheres.

Souza-Lobo, pioneiramente, no Brasil, traz o problema para o debate da organização sindical e questiona a falta de visibilidade nas ações políticas que buscavam emancipar a força de trabalho no campo político.

> (...) Nada disso parece ocorrer na sociologia do trabalho italiana, que permanece em grande parte permeável às discussões suscitadas pela produção sobre o trabalho feminino. E na sociologia do trabalho brasileira? Os argumentos de Bianca Becalli assinalam que no núcleo forte da sociologia do trabalho – o estudo da fábrica, dos postos de trabalho – não incorporou a problemática do trabalho feminino. Na sociologia do trabalho brasileira, o núcleo forte terá sido até quase o final dos anos 70, o dos estudos sobre o sindicalismo corporativo. Os estudos posteriores sobre industrialização e atitudes operárias não se detiveram sobre o trabalho feminino. A exceção mais importante terá sido o estudo clássico de Azis Simão, que não por acaso será o orientador de uma das primeiras teses sobre trabalho feminino. (SOUZA-LOBO, p. 194-195, 1991)

O fato observado quanto ao surgimento de áreas reservadas às mulheres no ensino secundário e posteriormente nos cursos universitários só evidencia uma "lógica de gênero" na distribuição de postos de trabalho. O que isso quer dizer, exatamente? Criam-se lugares com base no significado cultural do que é masculino e feminino nos espaços do conhecimento, que independe da aptidão científica prioritariamente para balizar a sua existência, mas buscam adaptá-la a uma naturalização de saberes com base no sexo. Considerando um dos elementos que define o poder no campo do conhecimento – o *status* científico –, as mulheres entraram no campo, enfrentando hierarquias que as excluem e as afastam das condições mais vantajosas para a sua autonomia e crescimento profissional.

2.3 O poder do conhecimento científico e o exercício do poder pelas mulheres no mercado de trabalho – as profissões

Um lugar para os homens e um lugar para as mulheres no mercado de trabalho ainda está fortemente marcado, conforme pode ser observado na distribuição por sexo em alguns cursos universitários. Esses cursos universitários e a área de concentração de algumas especialidades mantêm uma concentração persistente, enquanto outras mudam. A Medicina, o Direito mudam o seu perfil por sexo. O Serviço Social, a Psicologia e a Pedagogia não alteram essa realidade.

Em levantamento, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, no período 1991-2005, algumas curiosidades se apresentam em publicação com parceria entre o INEP e a SPM (2007). O levantamento indica o aumento do número de matrículas e de concluintes do sexo feminino, em comparação com o número correspondente às matrículas do sexo masculino.

No levantamento dos *10 maiores cursos por matrícula e sexo*, o banco de dados

não tinha produzido a informação no período de 1991 a 1999. Essa tabela foi suprimida do Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo INEP, no período, publicado com base nos dados do Ministério da Educação.

Portanto, o período analisado na publicação quanto aos 10 maiores cursos por matrícula e sexo considerava apenas, de fato, os últimos 5 anos, de 2000-2005. Na análise dos cursos com maior número de matrículas por sexo, no Brasil, é evidente a preferência das mulheres e homens por algumas áreas de conhecimento. São classificados os seguintes cursos no país: Direito, Administração, Pedagogia, Engenharia, Letras, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Psicologia, Educação Física e Ciências da Computação. Eles são identificados como aqueles com maior número de matrículas. Há uma diversificação dos cursos por região. Ciências da computação, por exemplo, não está incluído em algumas regiões, e Agronomia, em outras, o que mostra que o tipo de formação profissional sofre um impacto das características regionais.

É interessante observar que, a partir de 2003, a Psicologia deixa de participar da lista dos 10 cursos mais procurados para dar lugar à Enfermagem, mas mantendo a "preferência das mulheres". Seria necessário entrar em contato com o órgão para tirar a dúvida se houve algum erro de digitação quanto ao período de 2000-2002, pois a porcentagem da Enfermagem é praticamente a mesma da concentração na Psicologia. O período revela a concentração nas mesmas áreas por sexo, com exceção da Psicologia e Enfermagem, a partir de 2003. Foram destacados os cursos que apresentavam matrículas acima de 70% em cada tabela, por ano. Comparando com os dados que o Anuário Estatístico da UERJ tem apresentado, quanto à concentração das matrículas por sexo, nos seus centros setoriais e cursos, essa tendência por áreas de conhecimento tem se mantido, até 2020.

> No período analisado (2008-2020, conforme o Anuário Estatístico da UERJ, o DATAUERJ, disponibilizado na página da Universidade, na internet, a concentração por sexo ainda é persistente em algumas áreas profissionais. O levantamento de dados é revelador quanto à existência de uma "lógica de gênero" no ambiente universitário que surge tão logo sejam observadas as informações por centros setoriais na sua estrutura. O Anuário Estatístico analisa os dados do ano anterior e nos mais recentes agrega informações dos últimos cinco anos na UERJ. (SILVA, p. 7, SBS, 2021)

Como reconhecer que o poder é exercido por meio do conhecimento? Esse é um debate na sociologia das profissões. Essas áreas disciplinares nas quais as mulheres surgem concentradas estão associadas à ideia de "cuidado com o outro", como tem sido intensamente discutido no campo dos estudos do gênero. Esse é um fato que mostra a força da cultura ao moldar comportamentos e expectativas, constituindo identidades. E, ao mesmo tempo houve uma iniciativa burocrática em criar espaços reservados para as mulheres, por meio do Estado, que está registrada em vários documentos sobre o Governo Vargas, no Brasil.

As controvérsias que surgem quanto ao *status* das profissões femininas e, portanto,

de poder se baseiam no questionamento do conhecimento formal, científico, que orienta os currículos e a abertura de cursos de ensino superior na sociedade moderna. O modo como algumas carreiras profissionais para mulheres iniciou, parecendo que transferiram o local da casa e da cozinha para a universidade, provoca tais reflexões. Esses estudos contribuem para a compreensão de algumas situações hierárquicas que são experimentadas no ambiente de trabalho, até mesmo entre mulheres. Muitas mulheres não se reconhecem discriminadas no trabalho, se exercem uma atividade profissional de mais prestígio e exercem poder sobre outras mulheres, com atividades subalternas. Entretanto, ao ouvirem aquela piada superdesqualificante, em geral de conteúdo sexual, que o seu chefe conta para o colega, usando a imagem de uma mulher, de modo que ela escute, ali, começa a cair o véu. Ou quando são objeto de alguma abordagem que tipifica assédio sexual, assédio moral (mais frequente para as mulheres). O choque inicial precisa ser dirigido rapidamente para uma ação que limite o avanço da ação violenta. Muitos outros mecanismos mais sutis vão surgindo para marcar que você não pertence àquele lugar. Outros problemas vão se agregando: os salários mais baixos, as dificuldades de promoção nos cargos, a perda de oportunidades que podem favorecer uma ascensão no mercado (viagens, horários mais extensos etc.).

Essas situações tendem a ocorrer em setores nos quais há predominância muito acentuada do sexo masculino, com tradição da carreira associada ao “fazer” dos homens. O outro lado desse problema é a desqualificação do seu próprio saber como algo que não tem qualquer importância, qualquer valor científico, e nisso o conhecimento formal tem um impacto significativo.

> To have any impact on either the natural or the social world knowledge must have human agents or carriers, and the impact it makes be influenced in part by the characteristics of those agents. Thus we cannot understand the role of formal knowledge in our word without understanding the character of those who create it and apply it. This, then, raises another questions, namely, what are the characteristics of those who are the carriers or agents of formal knowledge? Who are they? and what are the characteristics of the institutions that make their activities as agents of knowledge viable? In identifying the agents of knowledge, the literature is somewhat confusing, for it has employed a number of different terms to characterize them. Sometimes the word ***expert*** is used for them and sometimes ***technician,*** sometimes the world ***technocrat*** and sometimes ***professional***, sometimes ***intellectual*** and sometimes ***intelligentsia***. Let us examine those terms. (FREIDSON, p. 9, 1986)

Coelho (1999), no Brasil, se refere a tais indefinições conceituais na sociologia das profissões e, particularmente, quanto ao que se consideram ocupações e profissões. Seguimos nessa análise a sua opção para delimitar com mais precisão a que estamos nos referindo quando tratamos de profissão: formação educacional de nível superior, no Brasil.

Freidson (1986) aborda o problema na seguinte perspectiva: quem opera, executa o conhecimento formal, reconhecido como mais elaborado, mais competente? Para este

autor, uma premissa para se construir tal ideia do conhecimento como expressão de poder é saber quem está executando esse conhecimento. No caso, estamos tentando fazê-lo e tipificá-lo: é uma mulher, é um homem, é um negro, é um branco, é um indígena, é um refugiado, é um imigrante.

Bourdieu (1989) tem uma forte influência na sociologia quanto a essas considerações, quando analisa a estrutura das universidades e da rede de ensino na França, incorporando o conceito de *habitus* e capital cultural em sua análise sobre o poder simbólico. O poder é exercido, é estruturante, mas invisibilizado pelo discurso da competência e da *expertise.* Ao argumentar na perspectiva da construção do objeto de investigação em pesquisa e da produção de conhecimento nas ciências sociais, assinala o lugar que o sociólogo ocupa: o do poder. Dependendo da instituição universitária que o formou, da apropriação do seu saber que o Estado, a empresa, ou a organização sem fins lucrativos incorporou, ao encomendar a pesquisa ou a consultoria, assim como dos interesses em jogo, o sujeito do conhecimento pode perder de vista que ele também é objeto.

> No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de “circulo cujo centro está em toda parte e em parte alguma” – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, p. 7-8, 1989)

Bourdieu também incorpora, em suas análises, a hierarquia de gênero, sem usar o conceito, mas, certamente, provocado por ele, ao escrever sobre a construção da identidade masculina, em publicação pouco utilizada no campo dos estudos de gênero, a meu ver. Mas, sem dúvida, contribui para uma incorporação dessas relações de poder: o gênero, nas análises sociológicas.

> Embora eu não tenha a menor ilusão quanto ao meu poder de dissipar de antemão todos os mal-entendidos, gostaria apenas de prevenir contra os contrassensos mais grosseiros que são comumente cometidos a propósito da noção de violência simbólica e que têm todos por princípio uma interpretação mais ou menos redutora do adjetivo “simbólico”, aqui usado em um sentido que considero rigoroso e cujos fundamentos teóricos já expliquei em trabalho anterior. Ao tomar simbólico em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência, o que não é, obviamente, o caso. Ao se entender “simbólico” como o oposto do real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente “espiritual” e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na

teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação. (BOURDIEU, p. 45-46, 1999)

2.4 A questão étnico-racial

O problema do acesso à educação e, particularmente, ao ensino superior por grupos etnicamente discriminados evidencia uma discussão diferenciada em relação às questões de gênero. Entretanto, se aproximam quanto a algumas condições que provocam obstáculos para o acesso. Para começar esta reflexão, precisamos considerar que não existe um programa de reserva de vagas para inserção de mulheres em cursos universitários. Isto é, não mais. Houve tempos em que este fato chegou a ocorrer, como foi o caso de restringir matrículas de homens em cursos de Serviço Social, como foi observado em documento da antiga Faculdade de Serviço Social da UERJ, na década de 1940. Havia uma norma do estatuto da escola que impedia a matrícula dos homens. Portanto, houve uma reserva absoluta para matrículas femininas e restrição ao acesso de homens.

A exclusão de negros e indígenas do desenvolvimento industrial, no Brasil, marca uma trajetória de processos discriminatórios que envolve a área da educação diretamente. Entretanto, a discussão quanto ao racismo impacta de forma diferenciada negros e indígenas.

O movimento negro em ascensão, pioneiramente, em São Paulo, na primeira metade do século XX, apresentou uma demanda de inserção no projeto educacional do país, cujo afastamento Florestan Fernandes destaca nos seus estudos.

O movimento indígena atua em torno do reconhecimento de seu direito às terras demandadas em diferentes regiões no país e enfrenta o problema da tutela na legislação vigente. São, portanto, diferentes realidades étnico-raciais, em diferentes modalidades de ação política. Dessa forma, são problemas que implicam análises teórico-metodológicas, diferentes. Os indígenas evidenciavam uma relação diversa quanto à escolarização de suas aldeias e, portanto, quanto ao “acesso à educação”. Não queriam uma escola que os afastasse de seus costumes e cultura. A outra situação observada, como a da inserção dos indígenas nas escolas da rede de ensino nas cidades, sempre foi muito tensa e marcada por insatisfações quanto ao “acolhimento” com denúncias de discriminação e conflitos se acumulando.

Certamente, isso impacta na inserção do mercado de trabalho que tende a não absorver indígenas e negros porque não têm como concorrer no *ranking* educacional para competir na conquista de vagas de emprego em áreas mais disputadas e valorizadas na lógica econômica do capitalismo – um “círculo vicioso” que vai se perpetuando e “culpando a vítima”. Entretanto, é necessário considerar as expectativas dos indígenas e dos negros quanto a essa inserção no mercado de trabalho formal, em contexto urbano-industrial. Não são as mesmas.

O debate da equidade no campo jurídico favorece propostas no campo político que fortalecem direitos de acesso à educação e a postos de trabalho mais valorizados e competitivos, tanto para mulheres, como para negros e indígenas, no Brasil. Esse processo é resultado de um movimento que estava crescendo no cenário internacional e fomenta as políticas públicas que se iniciam no Brasil, na década de 2000.

2.5 As políticas públicas internacionais: o impacto nas iniciativas governamentais no enfrentamento das discriminações de gênero e étnico-raciais

As chamadas oito metas do milênio lançadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), no início da década, expressavam uma clara influência do movimento de mulheres e consolidou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS) como uma pauta internacional. Foi incluído, com visibilidade, o problema da vulnerabilidade, e o termo "empoderamento" toma lugar nos discursos da ação pública. A denúncia da hierarquia entre homens e mulheres como um valor universal se corporifica na campanha. Entre as metas, três se relacionavam com a questão da vulnerabilidade feminina diretamente: igualdade entre os sexos e valorização da mulher (meta 3); redução da mortalidade infantil (meta 4) e melhoria da saúde das gestantes (meta 5). As ações relacionadas com a profissionalização das mulheres e o acesso à educação são estratégicas em várias iniciativas. A meta educação básica de qualidade para todos (meta 2) foi muito explorada pelas ações de gênero, inclusive constituindo-se forças-tarefa na ONU, no combate à educação sexista ou à falta de acesso das meninas à escola em muitos países.

Atualmente, tais objetivos se ampliaram e totalizam 17. Entre eles, se mantém a meta 3, do documento anterior, mas intitulada igualdade de gênero; (meta 5) novas prioridades se apresentam associadas ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Na primeira campanha a estimativa para o alcance dos resultados foi 2015, reavaliada para 2030, após o lançamento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os novos ODS. Isso significa que o sucesso das iniciativas estava muito longe do alcance das metas em muitos países signatários das convenções internacionais, até 2015.

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e da Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR), no Brasil, em 2003, segue esse impulso para as políticas públicas, no âmbito internacional. Os planos nacionais lançados a partir de 2004 pela SPM, totalizando 3 planos publicados até 2013 (I, II e III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM), e o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, lançado pela SEPPIR, em 2009 (PLANAPIR), são o resultado de tais iniciativas. Este último foi aprovado antes do Estatuto da Igualdade Racial que tramitava no Congresso Nacional desde 2003 e foi aprovado, apenas, em 2010. A diferença entre eles é o grupo étnico-racial ao qual se destinavam as ações. O Estatuto da Igualdade Racial era

dirigido para a população negra do país. O PLANAPIR inclui os indígenas e os ciganos com propostas de execução de políticas em diferentes setores de atuação do Estado. Foi muito pouco discutido e divulgado. O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em 2010 e alvo de severas críticas de seus proponentes e do movimento negro. Criticaram publicamente o "esvaziamento" de seus principais objetivos, consolidando a tensão observada entre os movimentos sociais e intelectuais com a implantação da reserva de vagas para negros na universidade. A primeira universidade que o fez, foi a UERJ, em 2003, após um acirrado embate com o governo do Estado desde 2001, quando este tentou adotar um modelo de reserva de vagas, sem tempo hábil para acomodar o impacto no exame vestibular da instituição.

Nas experiências desenvolvidas em cursos de extensão na UERJ, com profissionais que atuam em diferentes políticas públicas e, prioritariamente, na assistência social, poucos conheciam estes documentos ou sequer tinham ouvido falar, o que revela pouca divulgação para a "ponta" – os técnicos que executam as políticas públicas objeto de análise do projeto de pesquisa. Esse problema já foi verificado no lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 2000, por iniciativa do Ministério da Educação. O volume nº 10 – Orientação Sexual e Multiculturalismo – era um documento desconhecido pelos professores e foi alvo, também, de muitas polêmicas na área educacional. Entendo que foi uma das primeiras iniciativas do Estado, no Brasil, em políticas públicas de gênero. Não se falava em gênero, e os parâmetros curriculares o incluem como um conceito importante a ser introduzido nas grades curriculares, assim como o debate sobre identidades étnico-raciais no país (SILVA, 2007).

Atualmente, estamos em um processo de retomada dessas políticas, considerando que desde a extinção da SPM e da SEPPIR, em 2016, houve um significativo retrocesso nas ações que estavam em andamento e em expansão. As políticas públicas voltadas para as mulheres avançavam na criação de equipamentos regionais para o atendimento das mulheres em situação de violência doméstica, valorização no trabalho, e uma das metas internacionais que sempre teve muita visibilidade nos PNPM – a autonomia econômica – foi transversal na maioria das políticas para as mulheres. O Programa Pró-equidade de Gênero e Raça foi incorporado às iniciativas da SPM. Este fato impulsionou o debate nas empresas quanto ao problema da exclusão e discriminação de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho, um tema completamente novo no ambiente corporativo, no Brasil. O tema da educação não sexista foi uma campanha permanente da SPM. Na direção do enfrentamento da discriminação étnico-racial, a principal política foi a da reserva de vagas nas universidades, que se mantém cercada por intensas polêmicas na opinião pública. Avança para as universidades federais e na sua segurança jurídica com parecer do Supremo Tribunal Federal (STF) quando julga favorável a sua constitucionalidade. A partir desse momento, bloqueia o fluxo das centenas de processos contrários à sua implantação e contra as universidades que as incluíram nos seus sistemas de seleção de estudantes.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo está em andamento, e muito, ainda, precisamos percorrer para retomar as políticas públicas interrompidas por tanto tempo, no Brasil. Diante das dificuldades que já existiam para essas ações se consolidarem, o intervalo de 7 anos (considerando a data da extinção da SPM e SEPPIR) teve um forte impacto nas conquistas asseguradas até aquele momento. A opinião pública evidencia um desconhecimento preocupante sobre os objetivos de várias políticas destinadas a impedir condutas discriminatórias contra grupos vulneráveis. As distorções de cunho político quanto à garantia de direitos sociais no Brasil precisam ser enfrentadas com mais rapidez. Esse processo utiliza valores de grupos de identidade com base em culturas mais tradicionais, manipulando informações e sonegando acesso a documentos oficiais e resultados de pesquisas. Nesse sentido, busca-se contribuir para tal enfrentamento na produção deste estudo.

REFERÊNCIAS

BOMENY, COSTA e SCHWARTZMAN. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, 2013.

BRASIL. Programa PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA. Rompendo fronteiras no mundo do trabalho – Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005. Orgs.: Dilvo Ristoff... (et al.) – Brasília, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto nº 6.872, de 04 de junho de 2009.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro* – 1822-1930. Record: Rio de Janeiro, 1999.

FREIDSON, Eliot. *Professional Powers: A Study of the Institutionalization of Formal Knowledge.* Chicago and London: The University of Chicago Press, 1986.

LEÃO XIII, Sumo Pontífice. *Carta Encíclica Rerum Novarum* – Sobre a Condição dos Operários, Roma, 15 de maio 1891. Copyright Dicastero per la ComunicazioneLibreriaEditriceVaticana. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 01 jun. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e anti-prendas: uma escola de mulheres*. Ed. da Universidade, UFRGS, 1987.

OIT – Convenção Internacional sobre o Trabalho Noturno das Mulheres (C04). Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_234871/lang--pt/index.htm. Acesso em: 01 jun. 2023.

ONU – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS). Nações Unidas, Brasil. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 01 jun. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Vol. 16. UFRGS: Porto Alegre, 1990.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Perspectiva Profissional e de Constituição de Família em Mulheres Universitárias. Dissertação de Mestrado. Defendida, sob a orientação de Bila Sorj, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Relações de Gênero no Campo Profissional da Medicina. Tese de Doutorado. Defendida, sob a orientação de Bila Sorj, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. Trabalho apresentado na 30ª Reunião da ANPED. GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação, Caxambu, MG, 2007.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. As possibilidades de ação do Trabalho Social no campo da responsabilidade social: alternativas no campo do gênero. *Serviço Social & Realidade*, v. 18, n. 1, p. 321-333, Franca, SP, 2009.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: em busca de um diálogo no campo dos direitos humanos. *Revista Praia Vermelha*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Vol. 22, n. 1, 2012.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Profissões e mercado de trabalho: o impacto da identidade de gênero e étnico-racial. CP25 – Sociologia das profissões e ocupações. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPA – Belém, PA, 2021a.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Gênero e Etnia abalando as estruturas das Ciências Sociais: um desafio para gestores de políticas públicas. In Humanidades, políticas públicas e desigualdades. Orgs. Wilson Madeira Filho e Luiza Alves Chaves. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021b.

SILVA, Dayse de Paula Marques da. Profissões, Relações de Gênero e Étnico-Raciais. In A não efetividade das ciências jurídicas no Brasil (3) ISBN: 978-65-5983-224-8. Org. Adaylson. Wagner Souza de Vasconcelos. Ponta Grossa – PR: ATENA, 2021 (https://doi.org/10.22533/at.ed.2482105079). 2021c.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

OS (DES) CAMINHOS DA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Data de aceite: 01/11/2023

Silvana Maria Escorsim
Docente da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Beatriz Santana da Silva
Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar um resgate histórico sobre a construção da política para as mulheres no Brasil, seus avanços e retrocessos, a partir dos marcos normativos internacionais que influenciaram o arcabouço legislativo e planejamento governamental em suas estratégias de ação para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Utiliza o método qualitativo a partir das pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados demonstraram a criação de planejamentos e leis que impulsionaram a garantia de direitos, entre 2002 até 2016, com posterior regressão de investimentos e assunção de concepções moralistas e naturalizadoras sobre a mulher no conteúdo das diretrizes governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas para as Mulheres; Planejamento Governamental; Violência contra a Mulher.

INTRODUÇÃO

Os movimentos feministas empreenderam lutas históricas para conquistar a igualdade de gênero no que se refere aos direitos políticos, civis e humanos. No Brasil, as primeiras conquistas deram-se na esfera política com o direito ao voto na década de 1930. No campo internacional, movimentos de mulheres, inclusive brasileiros, pautaram reivindicações durante as décadas seguintes e obtiveram o reconhecimento de suas demandas em conferências e tratados internacionais, o que impôs ao governo brasileiro a necessidade de legislar e propor políticas para as mulheres.

Todavia, numa sociedade marcada pela cultura patriarcal, cisheteronormativa, sexista e racista, as relações de poder entre homens e mulheres baseiam-se na desigualdade, na subalternização, no

controle e, sobretudo, pela violação dos corpos e das vontades impetradas pelas muitas expressões da violência. Por este motivo, as políticas públicas voltadas para as mulheres são essenciais para a afirmação e garantia dos direitos e, principalmente, a proteção para uma vida sem violência.

O presente artigo tem como objetivo apresentar um resgate histórico da construção de políticas para as mulheres no Brasil, avanços e retrocessos, a partir dos marcos normativos internacionais que influenciaram o arcabouço legislativo e planejamento governamental em suas estratégias de ação para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Para tanto, utiliza o método qualitativo através das pesquisas bibliográfica e documental. Os resultados demonstraram a criação de planejamentos e leis que impulsionaram a garantia de direitos e de atendimento **às mulheres** em situação de violência, de 2002 notadamente até 2016, com posterior regressão dos investimentos e assunção de concepções moralistas e naturalizadoras sobre a mulher no conteúdo das diretrizes governamentais.

METODOLOGIA

A fim de desvelar o objeto deste estudo, utilizou-se o método qualitativo através da pesquisa bibliográfica, no levantamento de fontes primárias, e a pesquisa documental. Esta última possibilitou o exame das publicações oriundas da Secretaria de Políticas para as Mulheres que elucidou os marcos normativos, legais, conceituais, princípios, diretrizes e ações prescritivas para a assistência a mulher em situação de violência e a garantia de seus direitos. Segundo Triviños (1987, p. 133) “o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, tem ampla liberdade teórico-metodológica para realizar seu estudo.”

REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÃO

As violências impetradas contra as mulheres constituem-se como fenômenos complexos, multicausais, polissêmicos e históricos que expressam as relações sociais de poder. “A violência contra a mulher é um fenômeno relacional e social, que se dá na violação dos corpos e da saúde psicológica das mulheres” [1]. Esses fenômenos são oriundos das particularidades sócio-históricas das sociedades que os produzem (MINAYO, 2005).

No que se refere ao lugar social da mulher no Brasil, secularmente, a cultura patriarcal, cisheteronormativa, machista e sexista pautou os costumes, valores e comportamentos socialmente estabelecidos nas relações sociais, o que desencadeou a luta pelo reconhecimento da cidadania das mulheres. .

As feministas brasileiras lutaram pelo direito ao voto, o qual foi conquistado somente em 1932 (MARQUES, 2019). Impulsionadas pelo fortalecimento dos movimentos

1 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, 2011, p. 20.

feministas internacionais, entre as décadas de 1960 e 1970, acompanharam os debates de várias conferências e convenções internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). "A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas declarou o período 1976-1985 a Década das Nações Unidas para a Mulher" (PIMENTEL, 1979, p. 3). Em 1979 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

A Organização dos Estados Americanos promoveu a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher que foi concluída em 09 de junho de 1994 e ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015). A inovação oferecida foi o reconhecimento do direito das mulheres viverem sem violência, tratando-a como uma violação dos direitos humanos.

No Brasil, as conquistas iniciais no combate a violência contra as mulheres se concretizam a partir de 1985 pontualmente na cidade de São Paulo. Inaugurou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)[2] vinculado ao Ministério da Justiça. No âmbito nacional foi criada a Secretaria de Estado de Direitos da Mulher (SEDIM) vinculada ao Ministério da Justiça em 2002, sob os eixos da segurança pública e da assistência social.

Promulgou-se a Lei Nº 10.778/2003[3] que estabeleceu a notificação compulsória dos serviços de saúde públicos e privados nos casos de violência contra a mulher.

Uma conquista deu-se com Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), em 2003, que recebeu o status de ministério e foi vinculada diretamente à Presidência da República. Este órgão recebeu maior aporte de investimentos destinados à criação e ampliação dos serviços assistenciais.[4]

De modo democrático, a SEPM promoveu conferências nacionais de políticas para as mulheres das quais derivaram I e II Plano Nacional de Políticas para Mulheres que reafirmaram o direito das mulheres a uma vida sem violência e a Política Nacional de Enfrentamento a Violência Contra as Mulheres (2006). A SEPM criou em 2005 a Central de Atendimento a Mulher, o Ligue 180 para orientar e registrar as denúncias.

Um marco histórico no arcabouço legislativo brasileiro deu-se com a promulgação da Lei Nº 11.340 de 2006 [5] ou Lei Maria de Penha, a qual estabeleceu mecanismos para coibir todas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007; 2011) foi uma estratégia de consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O documento ampliou os eixos estratégicos para a composição e diretrizes[6]

2 Através da Lei Nº 7.353 de 29 de agosto de 1985.

3 Lei Nº 10.778 de 24 de novembro de 2003.

4 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, 2011.

5 Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006.

6 Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em Situação de Violência (2011); Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta (2011); Norma Técnica de Padronização dos Centros de Atendi-

dos serviços em rede, a fim de garantir à execução de políticas públicas orientadas para a igualdade de gênero, reconhecimento das diversidades[7] e enfrentamento à violência contra as mulheres. O programa Mulher, Viver sem Violência foi lançado através do Decreto nº 8.086/13[8] e teve como objetivo integrar, ampliar e articular os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência.

A partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático, ocorrido em maio de 2016, assumem governos de perfil conservador. Segundo Lara (2018) as lutas das mulheres sofreram um esvaziamento no espaço governamental uma vez que houve uma progressiva extinção da mediação do Estado e sociedade diante das pautas de gênero.

Essa posição foi arrefecida, a partir de 2019, com a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no qual a Secretaria de políticas para as Mulheres foi vinculada. Além do progressivo desfinanciamento para a manutenção das diretrizes e equipamentos públicos, inaugurou-se uma "nova política para as mulheres" (IPEA, 2022, p. 2) baseada na moralidade religiosa, para a qual a mulher tem um lugar naturalizado na centralidade da família tradicional, nuclear, heteronormativa e hierarquicamente desigual, discurso e prática que antagonizam com as pautas dos movimentos feministas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A subsunção da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres a uma pasta ministerial cuja centralidade recai sobre uma visão ideal de família demonstra o avanço de projetos que reforçam hierarquias de gênero e o lugar subalternizado da mulher numa sociabilidade patriarcal, machista e sexista, os quais objetivam esvaziar as conquistas duramente alcançadas através dos embates travados pelos movimentos sociais na arena política, sobretudo dos movimentos feministas.

O desfinanciamento das ações o deslocamento do debate da violência de gênero, fruto do campo contraditório que constituí a sociabilidade capitalista, conduz a política para um enfrentamento reducionista e superficial, o que pode comprometer a execução dos serviços assistenciais às mulheres em situação de violência, reforçando suas vulnerabilidades e riscos.

A academia pode contribuir com suas pesquisas e debates junto aos movimentos de mulheres com vistas à reconquista da condição política de sujeitos históricos, detentoras dos direitos humanos e sociais que lhes assegure uma vida sem violência.

---

mento à Mulher em Situação de Violência (2006), Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (2010).

7 diversidades étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica, regionais e territoriais existentes.

8 Decreto nº 8.086 de 30 de agosto de 2013.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/wYWJZYYQrcvnxVjx6q88M6f/?format=pdf&lang=pt acessado em 21 de julho de 2022.

BRASIL, Decreto Federal nº 8.086 de 30 de agosto de 2013. Institui o Programa Mulher Segura e Protegida. (Redação dada pelo Decreto nº 10.112 de 2019). Disponível em: https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1035896/decreto-8086-13 acessado em 22 de julho de 2022.

BRASIL, LEI Nº 7.353 de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7353.htm acessado em 19 de julho de 2022.

BRASIL, LEI Nº 10.778 de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.778.htm acessado em 22 de julho de 2022.

BRASIL, LEI Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm acessado em 22 de julho de 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Igualdade de Gênero. 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/220530_218154_bps_29_igualdade_gener.pdf acessado em 23 de julho de 2022.

LARA, Juliane Rocha. deGENEROu: a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2018. 210p. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/8269/1/julianerochalara.pdf acessado em 22 de julho de 2022.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. O voto feminino no Brasil. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. Edição do Kindle.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

PIMENTEL, Silvia. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW), 1979, p. 3. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf acessado em 18 de julho de 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres acessado em 21 de julho de 2022.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPÍTULO 3

CORPOS REPRIMIDOS: A PERSEGUIÇÃO ÀS TRAVESTIS NO CARNAVAL DO RECIFE (1960 – 1970)

Data da submissão:03/11/2023 *Data de aceite: 01/11/2023*

Rosana Maria dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
Recife -PE
http://lattes.cnpq.br/3900261605147923

Rafael Cipriano de Souza
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife – PE
http://lattes.cnpq.br/0215029324530420

RESUMO: As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por acontecimentos e normativas, segundo a historiografia que analisa o carnaval do Recife. Nessa época, organizar o reinado de Momo tornou-se uma prioridade política, pois os administradores julgavam necessário criar políticas públicas capazes de solucionar uma questão que há décadas era destaque nos periódicos da cidade: "salvar o carnaval do Recife da decadência". Na tentativa de organizar a festa, portarias e legislações foram criadas para proibir as práticas consideradas subversivas, dentre elas a participação das travestis, que estavam presentes em muitas agremiações carnavalescas. No ano 1970 uma resolução da Secretaria de Segurança Pública (SSP/PE) proibiu que as travestis e homossexuais fossem vistos nas ruas durante o carnaval do Recife. No entanto, a resistência das travestis pode ser vista e problematizada na historiografia e nos periódicos da cidade. Neste sentido, a pesquisa analisou a perseguição às travestis no reinado de Momo, ressaltando também suas resistências a qualquer tipo de norma ou proibição.

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval, Recife, Travestis

REPRESSED BODIES: THE PERSECUTION OF TRANSVESTIS IN THE RECIFE CARNIVAL (1960 – 1970)

ABSTRACT: The 1960 and 1970 are marked by events and norms, according to the historiography that analyzes Recife's Carnival. At this time, organizing Momo's reign became a political priority, as administrators thought it necessary to create public policies capable of solving an issue that had been highlighted in the city's periodicals for decades: "saving Recife's Carnival from decay". In an attempt to organize the party, ordinances and legislation were created to prohibit practices considered subversive,

among them the participation of transvestites, who were present in many carnival groups. In 1970, a resolution from the Public Security Secretariat (SSP / PE) prohibited transvestites and homosexuals from being seen on the streets during the Recife Carnival. However, the resistance of transvestites can be seen and problematized in historiography and in the city's periodicals. In this sense, the research analyzed the persecution of transvestites in Momo's reign, also highlighting their resistance to any type of norm or prohibition.
KEYWORDS: Carnival, Recife, Transvestites

A "VIGILÂNCIA" E "CONTROLE" NOS DIAS DE MOMO

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife**.** No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

A modernidade e o progresso revelaram também mendigos, desocupados, ladrões e a prostituição se tornou cada vez mais latente. Era comum encontrar pessoas vagando livremente pelas ruas da cidade do Recife. Os registros nos jornais Diário da Noite, Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e o Folha da Manhã, que circulavam na cidade do Recife, nos permitem constatar que os roubos, a violência e a prostituição foram fatos sociais corriqueiros, que a urbe sabia como administrar, reprimir ou até mesmo reconhecer rapidamente (FARGE, 2009).

> A Delegacia de Plantão estava com pouco movimento na segunda – feira à noite, quando de repente, estacionou um "au – au" e desembarcou o travestir Aldenor Lúcio da Rocha, mais conhecido como "Marly" ou "Lili", residente numa pensão na Avenida Rio Branco, 245, 1° andar. Ele fora preso nas mediações da Faculdade de Direito, porque brigou com "paquera" que queria a todo custo praticar atos libidinosos com ela no local. "Lili" que insistiu em frisar ao delegado José Batista Golveia que não se prestava para esses papeis na via pública (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1975, p.15).

O aumento populacional do Recife também ocasionou certo receio para as elites.[1] Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo "progresso", mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.[2]

1 A população do Recife teve um crescimento expressivo de 113 mil habitantes, em 1890, para 239 mil em 1920. Com o aumento populacional, Recife se expandia e consequente ganhava novos bairros. A Madalena, o Poço da Panela, Caxangá, Afogados, Várzea e Beberibe. REZENDE, Antônio Paulo de Morais. *O Recife: história de uma Cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

2 Nem todos aceitavam ou usufruíam dos privilégios das reformas urbanas. Em 1904 o prefeito Eduardo Martins, nomeado pelo governador Sigismundo Goncalves, tomou medidas disciplinadoras na cidade do Recife. Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: urbanizar, civilizar e mod-

São as camadas pobres do Recife que sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre os populares eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de "domesticar" e disciplinar os corpos[3]. As camadas populares resistiam e burlavam as normas de diversas maneiras: a primeira delas devia-se à própria fragilidade do sistema de vigilância; a segunda era a subversão feita pelos populares, muitas vezes inconscientemente, ou até mesmo utilizando-se de táticas de negociação.

No século XX a rua e os divertimentos passam a ser controlados e constantemente vigiados. O povo estava sujeito a pressões para "reformar" sua cultura, segundo normas que vinham de cima, e os esclarecimentos e ordenações escorriam dos estatutos superiores aos inferiores. Desse modo, o carnaval nos revela problemas de cidadania, política, desigualdades sociais, econômicos e de gênero. Segundo a historiadora Sylvia Couceiro, a modernização implementada nas primeiras décadas do século XX, alterou não apenas a aparência física da cidade, mas também provocou intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares.

No entanto, os padrões geravam momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e adaptações culturais entre os desiguais. Couceiro ainda corrobora com a ideia de que as elites "brigavam" para dominar os espaços públicos, sobretudo as ruas, porém não conseguem controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares dela (COUCEIRO, 2003).

A imagem abaixo exemplifica o quanto a população recifense, sobretudo os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento.

ernizar. As elites dominantes buscavam fomentar a todo o momento a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, pp 49-50.

3 Michel Foucault coloca o corpo como elocução do poder e de saber que se unem estrategicamente na história da sociedade ocidental. O corpo é, ao mesmo tempo, agente e objeto dentro de um jogo de forças presente na sociedade. O corpo está também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele um efeito imediato. O corpo só se torna força útil se for simultaneamente corpo produtivo e corpo submisso. FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

Imagem 1: Carnaval de rua - década de 1940

Fotógrafo: Juventino Gomes

Acervo: Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

As autoridades políticas e policiais sempre estiveram conscientes da importância e eficácia das festas públicas como elementos de coesão, integração social e com capacidade enorme de mobilização política. Esse dado é importante para revelar a manipulação em torno das mesmas, seja quanto às repressões ou quanto às mudanças de seus significados. Sempre regulando para que nada fugisse da ordem pública, os gestores se esforçavam para estar tudo dentro dos limites toleráveis e em meio à paz social. Sendo percebidas três grandes tendências na forma de lidar com as manifestações da cultura popular: a vigilância, a ordem e a força policial.

As estratégias para conter os ânimos durante os dias de carnaval, ano após ano vinham sendo intensificadas. A polícia decidia sua ação determinada por dois campos de atuação: a vigilância e a informação. Tudo era feito sob a justificativa de que "repressão" era necessária para que se pudesse atingir a segurança e a ordem. Nesse sentido, a normatização do carnaval imposta pela lei pode ser entendida como uma estratégia de um segmento social sobre outro, e é visível a disputa de poder que ocorreu no Recife em torno do carnaval nas décadas de 1950 - 1970.

O espaço público da festa passou a ser socialmente construído por negociações que definiam seus usos. Ornamentar, organizar, vigiar e reprimir funcionaram como formas de atrair novamente o público para brincar o carnaval de rua, já não tão bem visto e disputado. Por isso, na década de 1950 a organização das festas urbanas começa a apresentar certas inovações na forma de ornamentar as cidades, pois havia a necessidade de tornar mais

atraente os espaços urbanos. E esse desejo do poder público estava atrelado à necessidade de transformar os centros urbanos em polos turísticos, contribuindo para a valorização do carnaval. Esses espaços são socialmente construídos por negociações que definem seus usos, no sentido de que ornamentá-los funcionou como uma forma de atrair novamente o público para brincar o carnaval de rua, com ordem e disciplina.

> O processo de organização da nova festa carnavalesca, pautada na junção de interesses das manifestações do Grande Carnaval e Pequeno Carnaval, representados respectivamente pela elite e povo, dar-se-ia a partir do século XX com a imposição gradativa de regulamentações cada vez mais estruturadas por parte do poder público como, por exemplo, policiamento ostensivo nos locais da festa, itinerário previamente definido aos grupos carnavalescos e logradouros roteirizados. (NOGUEIRA, 2008, p.52).

Por isso, o controle das autoridades e da polícia sobre o carnaval foram ostensivos. As fontes de pesquisa policiais recifenses, que incluíam os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) e do Departamento de Ordem e Política Social (D.O.P.S) deixam transparecer o medo das elites relacionadas às práticas cotidianas, que aconteciam no Recife e aglutinavam multidões, como por exemplo o carnaval.[4]

Durante o século XX, todos os anos, quinze dias antes das festividades carnavalescas, o Secretário de Segurança Pública divulgava nos jornais de grande circulação do Recife o que era permitido ou não durante os dias de festa. Essas portarias tinham por objetivo evitar o abuso da liberdade, limitar os excessos na brincadeira e banir o uso de psicotrópicos (maconha, solvente, pós e líquidos corrosivos). O lança-perfume e o escape livre e as travestis eram os grandes vilãos do carnaval, nas décadas de 1950 - 1970.

BONECAS, ESTA CIDADE É QUADRADA

Era comum encontrar travestis na folia, uma vez que não era corriqueiro encontrar mulheres participando de agremiações populares e do carnaval de rua. As mulheres, em sua maioria, participavam de atividades folclóricas ou religiosas (cultura negra), nos corsos ou nos salões da alta burguesia. Estas sempre apresentavam-se em público com muitas roupas, panos e adornos. As mulheres que participavam deliberadamente das festas de rua, geralmente eram mal vistas e caraterizadas como prostitutas ou travestis (TABOSA JÚNIOR, 2004).

O historiador Leonardo Dantas Silva, narra as condições ao elemento feminino para participar do carnaval das ruas centrais do Recife no século XX,

4 A Delegacia de Ordem e Política Social (DOPS) foi criada em 1934, durante o Estado Novo, esse órgão funcionou no âmbito do aparelho repressivo estatal, através de investigações de indivíduos e instituições associações, agremiações e sindicatos, buscando vigiar as transgressões à ordem pública. Esse órgão era subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco. Durante a Ditadura Militar de 1964 o DOPS se transforma em Departamento de Ordem e Politica Social. Para maiores informações ler: SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.). **Ordem & Polícia**: Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

> A presença feminina nas agremiações carnavalescas do Recife, geralmente era formado por moças e senhoras da chamada pequena burguesia que, não podendo participar dos bailes dos Club Internacional ou do Jóquei Club, então privilégio das elites, saiam às ruas protegidas por um cordão de isolamento, envolvendo todo o grupo e separando-o da multidão, sob a severa vigilância de pais, maridos, irmãos, noivos, genros e amigos (SILVA, 2000, 136).

Neste sentido, fica evidente o controle que atingia mulheres e travestis no carnaval recifense. Segundo Carmem Soares (2001, p. 110), “governar o corpo é condição para governar a sociedade”, ou seja, para analisarmos as relações de gênero nas décadas de 1960 e 1970, precisamos entender que elas aocorriam nas e pelas relaçoes de poder.

Segundo Green (2000), antes da década de 1950 as notícias sobre o travestismos masculino nas festividades carnavalescas eram ignoradas por parte da população. Porém, a partir do ano de 1953, a Revista Manchete, que cobria os eventos carnavalescos, passou a escrever sobre a predominância das travestis no Reinado de Momo. Os jornais e revistas faziam distinções entre os heterossexuais, que se vestiam de mulher (de forma temporária), e os homens afeminados que se vestiam de mulher para mostrar sua identidade de gênero.

Segundo Carvalho (2014), o estudo da literatura acerca das travestis vivenciam múltiplas experiências e particularidades que não podem ser reduzidas a classificações ou categorizações unificadoras, visto que estas podem tornar equivalentes visões de mundo e identidades, nem sempre consonantes.

Para Kulick (2008), o que caracteriza as travestis não são só as vestimentas. Elas adquirem nomes, cabelos, corpo e mais uma infinidade de utensilios femininos. Elas realizam transformações em grande parte do corpo, sendo algumas irreversíveis, com foco no universo idealizado do que é ser e ter caracteristicas femininas. Mesmo assim, não são mulheres e não desejam extrair o orgão genital masculino. Na etnografia produzida pelo autor, as travesties afirmam serem homossexuais, homens que desejam outros homens e que realizam mudanças em seus fenótipos, modelando-se e completando-se como objeto desejado desses homens.

Segundo o historiador Elias Ferreira Veras, as travestis têm sido caracterizados pelos dispositivos heteronormativos como seres desprovidos de humanidade. Além disso, ao logo da história, a produção discursiva, que colocava as travestis numa situação de marginalidade social foi latente (VERAS; GUASCH, 2015, p. 43).

> A episteme histórica, que conforma os discursos de emergência acerca do sujeito travesti, foi marcada pela produção discursiva heteronormativa de um sujeito travesti marginal. As marcas do estigma serão localizadas no corpo ambíguo e indeterminado – nas entrelinhas desses enunciados esconde - se a ideia de que as travestis apresentam um excesso do gênero; e na prática social que as sumirá maior visibilidade na sociedade, ou seja, a prostituição – no não - revelado dessa visibilidade, vê -se a ideia de que os corpos das travestis são lugares de excessos de vícios.

Para Foucalt (1988, p. 81),

> O poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou ainda, ocultação ou mascaramento. O poder não pode nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não; se produz alguma coisa, são ausências e falhas; elide elementos, introduz descontinuidades, separa o que está junto, marca fronteiras. Seus efeitos tomam a forma geral do limite e da lacuna.

As questões de gênero no carnaval do Recife se tornaram latentes, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970. Em entrevista ao Jornal Diário da Noite, de 1968, o presidente dos Batutas de São José afirmava que se dependesse dele e sua agremiação o Recife poderia continuar famoso por realizar um carnaval brilhante e demostrando sua elegância sem a inclusão das travestis no reinado de Momo. Sobre a participação das travestis em sua agremiação ele comenta:

> Duvido um miserável desses entrar no Batutas! Não há dinheiro nem beleza! Iremos homenagear a família pernambucana. Todo nosso empenho está voltado para a moralização e não vamos render homenagem com homem se remexendo, vestido de mulher. Os travestis utilizam fantasias fora de moda ou as tornam emprestadas. Sou a favor que esses elementos sejam presos para o bem da moral e da tradição (DIARIO DA NOITE, 1968, p.9).

Para entendermos como o processo de marginalização social das travestis no carnaval do Recife, temos o exemplo da reportagem do Jornal do Commercio de fevereiro de 1968, com Dona Floripedes Correia de Lima, conhecida como Dona Flor, fundadora do Bloco Amantes das Flores, afirmou que travestis deveriam ser evitados no carnaval porque era coisa do diabo.

Já o presidente do Bloco Amantes das flores, á o presidente do clube Amantes das Flores pronunciou-se nos jornais a favor da participação das travestis, afirmando que sem as travestis o grupo não sairia, “em meu clube os travestis são os que mais trabalham e são eles próprios que compram suas fantasias, e alguns até chegam a colaborar financeiramente com a agremiação” (JORNAL DO COMMERCIO, 1968). Quem também saiu em favor das travestis foi o presidente a Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife,

> Aristeu Plácido, presidente da Associação dos Cronistas Carnavalescos do Recife, afirma que a presença dos travestis não descaracterizam o tradicional carnaval pernambucano, pois desde muitos anos eles se apresentam à frente de seus clubes e são na verdade, aqueles que mais trabalham pela boa apresentação das agremiações (DIARIO DA NOITE, 1968, p.9).

As querelas e discussões sobre a participação ou não das travestis no carnaval seguiu para o campo das disputas internas e externas entre as agremiações. Segundo matéria publicada no Jornal do Commercio, para o presidente do Bloco Inocentes de Rosarinho as críticas que as travestis enfrentaram no carnaval por parte dos integrantes do Batutas de São José e Madeiras do Rosarinho, “não passam de inveja por não poderem contratá-los”. E continuou “os travestis já fazem parte do carnaval recifense e a campanha que movem contra eles não tem mais sentido. As grandes agremiações carnavalescas

estão unidas na defesa da plena liberdade de apresentação nos desfiles"(JORNAL DO COMMERCIO, 1968).

As "bonecas" (termo utilizado pelos jornais de circulação na cidade do Recife para caracterizar as travestis) durante a década de 1960 e 1970 ganharam visibilidade tanto nas ruas quanto nas páginas dos jornais, sobretudo nas páginas policiais. Contraditoriamente, no período do carnaval, as travestis ao invés de se misturarem com as outras pessoas na multidão, por vezes ganhavam mais destaque do que os outros integrantes das agremiações. É na primeira metade da década de 1970 que as travestis foram proibidas de desfilar em algumas agremiações carnavalescas do Recife, no entanto, como observamos, desde o início do século XX que homens vestidos de mulher já são fortemente proibidos de andar pelas ruas durante o carnaval.

> [...] Quando eu era preso, o delegado me soltava. Dr. Mário Alencar me adorava, só quando era delegado estranho é que me encanavam. Quando eu cismava da Rádio Patrulha eles não me levavam não. Quando surgiu aquelas duplas de "Cosme e Damião", em 1955, o povo dizia "você agora vai se endireitar". Resolvi tirar a dúvida. Tomei meia garrafa de cana e fui pra Avenida Guararapes, lá pra esquina da Sertã. Cheguei lá, encarei os dois que vinham do Cinema Art-Palácio. E perguntei: "Quem de vocês é Cosme ou Damião dos dois?". Eles perguntaram: "Quem é você?" Eu disse: "Sou o Lolita falado" e o pau cantou, briguei e rasguei a túnica dele todinha. Ah, eu já fiz muita sugesta com a polícia. Aí eles me levaram num Ford verde (JORNAL DA CIDADE, 1975, s.p)

Ivo Alves da Silva, conhecido por Lolita no Recife, faz parte do imaginário da cidade por sua luta e subversão as proibições e perseguições sofrida por homossexuais na cidade do Recife. Lolita ficou conhecido nas ruas centrais do Recife, consumidor assíduo dos bares recifenses, homossexual, bom de briga e cantor de rua. A popularidade Lolita teve o seu auge nos meados dos anos 50 e 60. Com a polícia, teve relações paradoxais; era perseguido e muitas vezes chegando envolveu-se em lendárias brigas com policiais, os periódicos relatam que ganhou algumas dessas brigas. Com fama valente e brigão todos tinham medo de Lolita. Na foto abaixo, tirada em 1975, Lolita estava com 45 anos quando foi entrevistado pelo jornal da cidade (JORNAL DA CIDADE, 1975).

Imagem 2: Lolita

Fonte: Jornal da cidade, 1971

Os conflitos entre autoridades policiais e figuras travestidas e homossexuais eram comuns. Segundo o historiador Sandro José da Silva, mesmo sem saber se eram homossexuais ou heterossexuais, eram criticados por ofender a moral pública (SILVA, 2011).

O povo estava sujeito a pressões para reformar sua cultura, segundo normas que vinham de cima, e o esclarecimento escorria dos estatutos superiores aos inferiores. As pressões em favor de uma reforma social, pautadas na civilidade e na ordem eram um campo fértil de subversões e estratégias (THOMPSON, 1998). Os populares resistiam e burlavam as normas de diversas maneiras: a primeira dela devia-se à própria fragilidade do sistema de vigilância; a segunda era subversão feita pelos populares, muitas vezes inconscientemente, ou até mesmo utilizando-se de táticas de negociação. Como nos mostra a imagem a seguir, onde homens vestidos de mulher brincavam carnaval, nas ruas do Recife.

Imagem 3: Troça no Carnaval do Recife de 1950

Foto: Alexandre Berzin

Acervo: Museu da Cidade do Recife

De acordo Da Matta (1997, p. 150), “o carnaval cria uma realidade que não está nem aqui nem lá; nem fora nem dentro do tempo e do espaço que vivemos e percebemos como real. Partindo dessa premissa o autor nos chama a atenção para esse contexto e justifica a presença da travestilidade masculina durante as festividades carnavalescas, caracterizada como expressão do ser nacional no Brasil.

Para Certeau, nem todos os sujeitos se apropriaram do discurso, ou seja, a sociedade não se reduz ao discurso o qual o poder utiliza para obter o controle social, a relação dos sujeitos não é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições dos poderes sociais. Assim a análise de Michel de Certeau sobre o cotidiano, revela aquilo que o autor chama de “micro-resistências”: que fundam “micro-liberdades”. Essas “micro-resistências” são utilizadas por gente simples, que infringe a lei “debaixo do nariz” do poder, é uma subversão silenciosa, muitas vezes sem o propósito de desrespeitar o estabelecido pelo poder, mas que tempera o cotidiano da cidade (CERTEAU, 2013). A historiografia recifense, sobre o período estudado, nos revela que nos séculos XIX e XX a rua, os divertimentos, a cultura e a educação passam a ser controlados e constantemente vigiados.

Era praticamente inevitável a presença das travestis no desfile das agremiações carnavalescas. Ainda que as autoridades, que organizavam o carnaval, reprimissem e estabelecessem proibições elas não deixavam de invadir os blocos, clubes e maracatus.

As travestis além de brincar, financiavam suas fantasias, o que tornou uma colaboração bastante significativa as diretorias das agremiações, cuja maior dificuldade era a financeira para confeccionar o figurino dos seus brincantes (DIÁRIO DA NOITE, 1970). Muitas travestis proibidas de desfilar nas agremiações, subvertiam a ordem da Secretaria de Segurança Pública e saiam pelas ruas fantasiadas de papangus, tamandares e ursos, porém eram facialmente reconhecidos pela impressa e os órgão de repressão (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1969).

No carnaval de 1969 o Maracatu Indiano protestou contra a classificação do maracatu Leão Coroado e pediu à comissão julgadora do carnaval que revisse a pontuação dada a agremiação, uma vez que, a mesma não reprimiu o maracatu Leão Coroado por ter trazido uma grande quantidade de travestis para o desfile, "o que era estranho a tradição". Em resposta a reivindicação do maracatu Indiano, a Comissão Organizadora de Carnaval (COC), não mostrou disponibilidade em considerar as alegações do requerente (DIÁRIO DA NOITE, 1969).

Na imprensa recifense, eram frequentes os protestos contra essa forma violenta e repressiva contra as travestis. Segundo o jornal Diario de Pernambuco de 1971, mais de trinta "Bonecas" que foram detidas anteriormente pela Delegacia de Costumes voltaram à Delegacia. Sob protestos, elas alegavam que passaram por uma triagem, quando nove delas foram fichadas nas mesmas condições das mulheres, enquanto as mais discretas foram dispensadas. Segundo o delegado Mário Tomás de Alencar, reponsável pela Delegacia de Costumes,

> Nos carnavais anteriores, deparei-me com problemas provocados por foliões que, vestidos de mulher e com o rosto maquiado, cometeram desatinos. Para identificá-los, foi bastante trabalhoso, e alguns casos ainda estão sem solução. Diante disso, resolvi proibir que os homossexuais cometam extravagâncias nas ruas e nos clubes, para evitar que, ao serem provocados, causem confusões (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1971, p.13).

As travestis protestavam contra as ações da Delegacia de Costumes que visava: "acabar com os excessos praticados contra os homossexuais". Elas alegavam também que o delegado de Costumes determinou que rondas diárias nos locais mais frequentados por elas, esse fato havia causado grande revolta entre as travestis (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1971).

A censura instituía que as travestis, independente de estarem ou não causando algum tipo de desordem, deveriam ser alvo de advertência e levados a autoridade policias. Os homossexuais estavam proibídos de participar de bailes, cordões, blocos, maracatus e escolas de samba.

> Os presidentes e diretores de agremiações carnavalescas estão sendo convocados pelo Departamento de Polícia Federal para tomarem parte numa reunião amanha na sede do órgão, quando tomarão conhecimento, oficialmente de que não será permitido aos clubes, troças, maracatus e outros

> incluir travestis em suas exibições. O delegado Júlio Freire Rivoredo disse claramente que não permitirá a participação desses tipos em bailes, cordões, blocos, ajuntamentos e outras características semelhantes, que atentem a moral e os bons costumes da sociedade (DIÁRIO DA NOITE, 1970, p.2).

A notícia da proibição de desfilar nas agremiações carnavalescas do Recife foram recebidas com desespero e inconformismo. Muitas travestis passavam o ano todo preparando suas fantasias, para desfilar pelas ruas da cidade, contudo, mesmo diante da repressão elas continuaram a fazer suas fantasias (DIÁRIO DA NOITE, 1970, p.2).

> Geraldo Mota, diretor do Batutas de São José, afirmou que existia uma barreira, intransponível na sua agremiação contra os travestis, a quem explica porque os clubes, blocos e maracatus são levados a acolher tais elementos em seu elenco: eles, além de brincarem com alma, financiam suas fantasias, prestando, desse modo uma colaboração inestimável as diretorias, cuja maior dificuldade é justamente financeira para fazer face às despesas com o figurino. Aceitando o travesti, a agremiação parte com uma grande vantagem para fazer sua apresentação: conta infalivelmente, com uma peça rica e, geralmente, atraente, nos seus cordões, sem depender um só centavo. Desse modo, esse elemento que se empenha ao máximo para fazer parte do clube, ou do bloco, não só possibilita à agremiação ampliar o número e mesmo a qualidade do figurino, como também se destaca pelo realce que, via de regra, oferece a sua fantasia ao conjunto (DIÁRIO DA NOITE, 1970, p.7).

Como podemos observar, a proibição as travestis dividia opiniões e sensibilizava até os incisivos em suas opiniões. Conforme foi relatado anteriormente, no 1968 o presidente do Batutas de São José era incisivo sobre a participação das travestis na sua agremiação, no entanto, dois anos depois ele sai em defesa delas e reconhece a das mesmas para o brilhantismo do carnaval do Recife.

Era praticamente inevitável a presença das travestis no desfile das agremiações carnavalescas. Ainda que as autoridades, que organizavam o carnaval, com apoio dos mais diferentes setores, reprimissem e estabelecessem proibições, eles não deixaram de invadir os blocos, clubes e maracatus. A medida que a repressão crescia, as portarias regulamentadoras davam margens às ações e formas de subversão da ordem. É válido lembrar que muitas vezes os aparelhos de repressão policial não eram tão eficientes e ágeis. Mesmo combatidas, as travestis continuavam participando dos desfiles das agremiações carnavalescas do Recife.

> Quase todas as agremiações apresentaram em seus cordões, os combatidos travestis. Eles foram sem dúvida alguma, atração a parte. Desfilando com garbo, charme e requebrando ao som das músicas, os travestis arrancaram aplausos e elogios dos presents (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1968, p.2).

Um dos casos que ganhou grande notoriedade no Recife foi o do Wilton Mendez, rei momo que abrilhantou o carnaval pernambucano entre as décadas de 1960 e 1970. Mendez foi coroado rei do carnaval durante dez anos consecutivos, porém muitos clubes e agremiações não aceitavam o seu reinado. No dia 14 de fevereiro de 1971, o Diario

de Pernambuco noticiou que “Mendez havia se tornado uma pessoa indesejada entre os clubes e agremiações”, por isso, divulgaram uma nota afirmando não ser necessário explicar os motivos de barrar a realeza nos seus salões e agremiações, “pois seria dar muita consideração a quem não merece” (GOETHE, 2016).

Na ditadura militar, a escolha de Rei Momo não era democrática. Bastava apenas ter bons contatos na política e na área de turismo, nesses pré-requesitos, Wilton Mendez ganhava de qualquer adversário. A negação ao reinado de Mendez ocorria pelo fato do mesmo ser homosexual, além disso, ele e era considerado um dos primeiros transformistas brasileiros, tendo até trabalhado com a travesti Rogéria.

Diante desses exemplos de perseguição e intolerância, a alternativa encontrada pelas travestis seria organizar um baile carnavalesco, exclusivo para os homossexuais. A impressa divulgou diversas reportagens mostrando o apelo dos homossexuais para que as autoridades policiais permitissem a realização do mesmo. Em resposta o Delegado de costumes da Secretaria de Segurança Pública, Mário Alencar, nega a realização do baile das bonecas. Segundo ele, quem proíbe a participação das bonecas nos festejos momescos é a lei.

> Há um artigo 234, item II da lei que trata do ultraje público ao pudor. Nele, as punições aos contraventores são previstas e as proibições são claras. Um baile como o das bonecas, não pode ser realizado. Vai contra a 234. É somente por essa razão que foi proibido. Mas se o homossexual é um marginal e em contato com outras pessoas ele é assim tratado, como poderá divertir-se? (DIÁRIO DA NOITE, 1971, p. 6).

Para as autoridades policiais existia o desejo dos homossexuais de mostra-se. Desse modo, o carnaval não deveria servir para remediar essas frustrações, e a lei proibia que homossexuais se reunissem para promover seus recalques. Além dessa justificativa, acreditava-se que ao permitir um baile das bonecas estariam incentivando a promoção da homossexualidade, o que seria uma afronta a masculinidade. Diante da confusão, o idealizador do Baile das bonecas, Juraci Pereira, acusa o Secretário de polícia de pensamento “quadrado”. Segundo Juraci, o baile era o mais adequado, diante das proibições que as travestis e homossexuais vinham sofrendo nos últimos anos. Está seria uma solução para que os foliões, vistos como indecentes, pudessem se divertir a vontade (DIARIO DA NOITE, 1971).

Juraci revelou a necessidade de uma mudança de mentalidade da sociedade recifense com relação a homossexualidade. Segundo ele, os custumes de uma cidade provinciana impediam o Recife de olhar para o futuro e aceitar práticas modernas de comportamento e civilidade.

No ano de 1971 a repressão não foi só as travestis, mas a homens que durante o carnaval vestiam-se de mulher. O delegado de Polícia José de Alencar determinou que os homossexuais ou homens vestidos de mulher estavam proibidos de circular pelas ruas do

Recife, durante os festejos carnavalescos. Segundo o delegado,

> A polícia vai exercer rigorosa fiscalização contra homossexuais e homens normais, que durante as festividades carnavalescas se pintam ou se fantasiam com indumentárias femininas. A informação foi prestada pelo delegado Mário Tomás Alencar, de Costumes, que reunido com seus auxiliares, determinou o inicio da fiscalização. A fantasia de mulher, usada por um homem normal ou por um homossexual, provoca brincadeiras, e raramente quem está usando aceita-as com naturalidade, resultando disso muitos desentendimentos [...]. No Nordeste e especialmente no Recife, um homem tem que ser macho, e o homossexual é condenado por todos. Durante o Carnaval, os mais ousados se fantasiam de mulher e os aborrecimentos são constantes (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1971, p. 13).

As delegacias buscavam impor uma vigilância à sociedade, especialmente no intuito de provocar uma mudança de hábitos, conceitos, culturas, valores e tendo como alvo a implantação de verdades pautadas pela legislação (MELO, 2011). De acordo com o Jornal do Commercio do dia 13 de fevereiro de 1974, as travestis continuavam sem vez no carnaval do Recife. Ainda segundo o periódico, o Clube Carnavalesco Misto Amantes das Flores, por determinação de sua diretora, não permitiu que Maria Aparecida (travesti) desfilasse em seu clube.

No carnaval de 1975 a perseguição as travestis tornaram - se mais intensas, como por exemplo a proibição do baile dos enxutos.[5] No ano em questão, muitas proibições marcaram o reinado de momo: mela – mela, biquínis ou tangas, lança-perfumes, mas o que chamava atenção era a proibição da festa realizada pelas travestis, o baile dos enxutos.

> A polícia não permitirá que as recifenses desfilem de biquíni ou tanga pelas ruas da cidade durante o carnaval, afirmaram fontes ligadas à Secretaria de Segurança Pública. A medida visa moralizar o corso que, segundo os informantes, envergonhou senhoras e crianças, ano passado. O uso de talco, água, lança-perfume e qualquer produto corrosivo também não será permitido e quem for apanhado portando material proibido será autuado em flagrante e sem direito a fiança. Forte esquema policial ficará encarregado de fiscalizar os foliões e coibir os abusos. As “bonecas” não terão vez e não lhes será concedida licença para realização do “Baile dos Enxutos”, repetindo-se o que aconteceu no ano passado. A polícia informa que não adianta “Isabela, a certinha” e outros travestis “colocarem a boca no mundo”, invocando falsos direitos, porque agora está valendo a “Lei de Chico de Brito”. Anarquia que venha a prejudicar terceiros e imoralidade na vestimenta não serão tolerados. Qualquer um que se insurgir contra a medida passará o carnaval no xadrez e na quarta-feira de cinzas “desfilará” no bloco “O que é que eu vou dizer em casa”? Sabe-se que um grupo de homossexuais pretende enviar um abaixo-assinado ao diretor do Departamento de Polícia Judiciária, sr. Jairo Pontes, solicitando uma “colher de chá” neste carnaval. “Isabela”, “a” chefe do grupo, disse a um jornalista que confia na benevolência do policial, principalmente porque a “realização do Baile dos Enxutos” não prejudica ninguém e dele só participará quem é ou pretende ser “entendido”. Além disso, a gente tem que

5 O baile dos enxutos, teve sua origem no carnaval do Rio de Janeiro, nas décadas de 1950 e 1970, e se espalhou por algumas capitais do Brasil. No Recife o baile ganhou muitos adeptos e foi marcado como mecanismos de subversão as normas de proibição as travestis. GREEN, 2000, p.360.

> se desrecalcar uma vez por ano, não acha"? (DIARIO DE PERNAMBUCO, 1975, p. 13).

De acordo com a documentação pesquisada, as perseguições as travestis no final dos anos de 1970 ainda continuava. Elas ainda lutavam junto com alguns membros da sociedade civil para conseguir liberação para a realização do baile dos enxutos. Segundo o jornal Diario da Noite, empresários e comerciantes tinham interesse em realizar o referido baile;

> Um grupo de pessoas influentes do Recife, inclusive empresários, comerciantes e artistas plásticos, estão interessados em promover este ano o famoso "Baile dos Enxutos", que acontece com muito sucesso no Rio de Janeiro e outras capitais do Sul do país. Neste fim de semana, vários dos interessados entraram em contato com o delegado de Costumes, Djair Lopes Diniz, procurando saber das exigências para a liberação do baile, que deverá acontecer em um dos bailes da cidade. [...]Todas as pessoas que falaram comigo procuraram manter sigilo sobre sua identidade embora afirmassem ser pessoas da sociedade, pois dava para conhecer durante a conversa. A todos eu disse que não podia autorizar a festa, pois ela vem sendo proibida por todos os secretários anteriores. Só uma autorização especial do Dr. Sérgio Higino é que possibilitará a festa dos enxutos (DIARIO DA NOITE, 1979, p.5).

Assim, o reinado de momo até o final da década de 1970 exerceu uma função pedagógica, em que os órgãos de segurança pública buscavam a todo custo impor valores e condutas moldados a partir de leis e decretos. No entanto, o que observamos foi a resistência das travestis e homossexuais que passaram pelas mais diversas dificuldades: marginalização social e perda do direito de ir e vir, durante os dias de carnaval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, ao analisar o carnaval do Recife e suas proibições percebemos que a festa exerceu uma função pedagógica, em que valores e condutas precisavam ser moldados a partir de leis que eram instituídas. No entanto o que observamos foi a resistência das sujeitos que passaram pelas mais diversas dificuldades e perseguições.

A festa do riso torna-se objeto de esforço e desejo dos administradores e planejadores para "ensinar", na lei e na marra, novos costumes de civilidade e ordem. A folia representou a dialética de resistência/dominação: para as travestis um espaço para a subversão da ordem e da lei; e para os governantes, a possibilidade de controle social.

Na década de 1950, o carnaval torna-se uma prioridade política. Fazia-se necessário criar normas de conduta para "organizar" e ter um maior controle sobre a festa. O que observamos nos periódicos de circulação foi que a proibição as travestis foram gestadas dentro dos discursos heteronormativos. Porém, o que observamos foi a resistência das travestis, que em alguns momentos não se rendiam as leis e portarias da Secretaria de Segurança Pública instituídas nos dias de carnaval.

Compreemos que as travestis, em sua maioria moradoras da periferia recifense,

como agentes construtores da sua própria história, sujeitos simples que, por meio de suas táticas e estragegias, subverteram e driblavam as mais variadas situações do cotidiano. Assim, a pesquisa traz visibilidade e nos mostra os meandros desse processo, emergindo assim a história dessas travestis, pessoas comuns, para que se possa construir outro horizonte historiográfico, apoiando-se na memória e nas subjetividades.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, B. R. de B. "Tá pensando que travesti é bagunça?": repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2014.

CERTEAU, Michel. **Políticas culturais**. In: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural.* Campinas, Papirus, 2003.

___. **A invenção do Cotidiano:** Artes de fazer. 20ª ed. Rio de Janeiro: editora vozes, 2014.

COUCEIRO, Sylvia Costa**. Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

GOETHE, Paulo. **A majestade que foi barrada no baile**. Disponível em:http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2016/01/30/a-majestade-que-foi-barrada-no-baile/>. Acesso em: 21 outubro de 2023.

GREEN, James N. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX. São Paulo: Ed, Unesp, 2000.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

________, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MELO, Diogo Barreto. **Brincantes do Silêncio**: a atuação do estado ditatorial no carnaval do Recife (1968-1975). Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2011.

NOGUEIRA, Rodrigo Muniz. **O carnaval como uma peça da construção identitária brasileira**. In: Caderno Virtual de Turismo (CVT), UFRJ, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: Acesso em: 20 de out de 2023.

SANTOS, Mário Ribeiro. **A festa sob rodas**: o Carnaval do corso nas ruas do Recife. Revista algo mais, Pernambuco, 8 de março de 2011. Disponível em: http://revistaalgomais.com.br/blog/?p=1604. Acesso em: 10 julho de 2020.

SILVA, Leonardo Antônio Dantas. **Carnaval do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife; Fundação de Cultura da cidade do Recife, 2000.

SILVA, Marcília Gama da. DOPS: A estrutura do serviço de informação em Pernambuco (1930-1990). In ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de, SILVA, Giselda Brito (Orgs.). **Ordem & Polícia***:* Controle político-social e as formas de resistência em Pernambuco nos séculos XVIII ao XX. Recife: Ed. Universitária da UFRPE, 2007.

SILVA, Sandro José. **Quando ser gay era uma novidade**: aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970. Recife, dissertação de mestrado em história, UFRPE, 2011.

SOARES, Carmen Lúcia Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, Camen Lúcia (org.). **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 109-12.

TABOSA JÚNIOR, F. **Xiré Ade - O olhar de Pierre Verger sobre o travestismo no Carnaval***.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VERAS, Elias, Ferreira; GUASCH, Oscar. **A Invenção do Estigma Travesti no Brasil (1970-1980)**. História, Histórias, Brasília, v. 1, n. 5, 2015, pp. 39-51.

SERTÃO GORUTUBANO: MEMÓRIAS DA DESAPROPRIAÇÃO DAS TERRAS PARA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO BICO DA PEDRA, NORTE DE MINAS GERAIS 1970-1980

Data de aceite: 01/11/2023

Gilsa Florisbela Alcântara

RESUMO: O presente trabalho o estudo se insere na Pesquisa, busca analisar o processo de desapropriação das terras de São José do Gorutuba, ocorrido por ocasião do projeto de construção da barragem Bico da Pedra para a irrigação em Gorutuba. Para isso, analisamos os relatos de memórias dos moradores expropriados, adotando a metodologia da história oral. A hipótese que levantamos é que a imprensa veiculava um discurso legitimador do progresso, defendendo a saída da população de suas casas e de propriedades rurais. Ao todo, 535 famílias foram retiradas das terras em que viviam. A comunidade de São José do Gorutuba também sofreu com a demolição de todas as residências e prédios, onde funcionavam comércio, cartório, etc. A notícia de que a água chegaria a altura do telhado da igreja induziu a população a abandonar a aldeia. No entanto, a água da barragem não chegou nem perto. A igreja de Nossa Senhora da Consolação e de São José do Gorutuba, construída no século XIX, resiste ao tempo e à ação do projeto de irrigação.

PALAVRAS-CHAVE: Vale do Gorutuba; Desapropriação; Memória Conflito.

GORUTUBAN HISTORY: MEMORIES OF THE EXAPPROPRIATION OF LAND FOR THE CONSTRUCTION OF THE BICO DA PEDRA DAM, NORTH OF MINAS GERAIS 1970-1980

ABSTRACT: The present work, the study is part of Research, seeks to analyze the process of expropriation of the lands of São José do Gorutuba, which occurred during the construction project of the Bico da Pedra dam for irrigation in Gorutuba. To do this, we analyzed the memoirs of expropriated residents, adopting the methodology of oral history. The hypothesis we raise is that the press conveyed a discourse legitimizing progress, defending the population's departure from their homes and rural properties. In total, 535 families were removed from the land they lived on. The community of São José do Gorutuba also suffered from the demolition of all residences and buildings, where shops, notary offices, etc. operated. The news that the water would reach the height of the church roof induced the population to abandon the village. However, the water

from the dam did not come close. The church of Nossa Senhora da Soledade and São José do Gorutuba, built in the 19th century, resists time and the action of the irrigation project.
KEYWORDS: Gorutuba Valley; Expropriation; Conflicting Memory.

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO BICO DA PEDRA EM JANAÚBA-MG E AS DESAPROPRIAÇÕES DAS TERRAS

O projeto político de irrigação do Vale do Gorutuba, a construção da barragem do Bico da Pedra, a desapropriação dos trabalhadores rurais, envolve um contexto político no qual o governo federal realizou com hegemonia e autoritarismo nos anos de 1970 a 1980. Diante do relato colhido nas entrevistas, refletimos a ação política discutida na obra de Michael Oakeshott, *A política de fé e a política do ceticismo*, nos faz compreender como a prática dos discursos é decisiva em atividades de governar. Segundo Michael Oakeshott:

> Poderíamos tentar descobrir aquilo que se crê sobre essas coisas no mundo moderno observando o que os governos realizaram ou estão tentando realizar, reparando na forma com a qual estamos habituados a falar das atividades do governo e considerando os escritos de homens que, de tempos em tempos, revelaram suas ideias sobre o assunto (OAKESHOTT, 2018, p. 35).

O governo instituiu uma série de normas para os assentados no projeto de irrigação, modificando a maneira de trabalhar na terra. Algumas dessas normas proibiam a construção de casas nas roças, distanciando a residência do local do plantio. Entretanto, os trabalhadores rurais possuíam um costume de fazer roça junto às suas casas. Interferências foram aplicadas nesses projetos modernos e trouxeram um novo meio de vida no campo, acabando com velhos costumes, aquilo que o governo moderno realizou na prática dos discursos (OAKESHOTT, 2018) proferidos em ações revelando uma nova ordem política, modernizando a agricultura. A partir do momento em que o trabalhador rural foi assentado, ele deixa de ser produtor para ser colono, sendo obrigado a atingir metas de produtividade, levando-o a jornadas extensivas de trabalho.

O colono estava inserido em uma maneira diferente de viver no campo; as residências em suas propriedades estavam próximas de seus parentes. O costume do pai era de doar um terreno aos filhos, que conviviam tendo os parentes vizinhos. Nesse novo modelo, os lotes foram distribuídos aleatoriamente, separando as famílias. Quando a desapropriação foi iniciada, abriram uma valeta na margem do rio Gorutuba e saíram na comunidade pegando o nome das pessoas. O povo não possuía escolaridade e não sabia ler; os funcionários da empresa que construiu a barragem mandavam as pessoas assinarem um contrato que garantiria os direitos nas terras. Depois com uso de máquinas, eles cortaram a terra onde o povo descia para ir no rio, impedindo a passagem. A entrevista com dona Eduarda, nos revela a situação: “Você não podia ir no banheiro, porque o trator rodava o dia inteiro. Aqueles homens mal encarado ficavam vigiando o povo”. (Eduarda da Silva, 2022). Os funcionários da empresa contratada para construir a barragem usaram de

todas as formas para intimidarem a população. São lembranças de uma infância que dona Cleusa passou na comunidade em que vivia com seus pais e irmãos, antes da família ser despejada: “Nós ficávamos com medo de eles pegarem a gente” (Cleusa da Silva, 2022).

Artesão que confecciona primorosamente as caixas, instrumento musical que o povo gorutubano usa para fazer o batuque gorutubano, durante as Folias dos Santos Reis, o senhor Eliezer Veríssimo, morador do bairro São Vicente em Janaúba-MG, nos relatou: “Porque recebeu uma mixaria. Papai recebeu, que não dava para comprar um lote aqui em Janaúba, naquele tempo, amarrava cachorro com linguiça, era baratinho” (Eliezer Veríssimo, 2022). Distante de seu lar, com a desapropriação, os trabalhadores rurais procuraram um meio de vida; o serviço que surgia era a única maneira de trazer o sustento para a família, conforme o relato do senhor Eliezer: “Trabalhei na CODEVASF, trabalhei até na Florestal muito tempo emprestado. Eles não me deram uma área na Matinha. Um lugar para eu ia colher abóbora, feijão, algodão, arroz e tudo” (Eliezer Veríssimo, 2022). A área que o artesão cita, está situada no município de Nova Porteirinha, próximo ao canal principal do Distrito de Irrigação do Perímetro do Gorutuba (DIG) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) é a empresa do Governo Federal, que foi responsável pela retirada da população desapropriada entre 1978 e 1979.

Muitas famílias que residiram no São José do Gorutuba se transferiram para o município de Janaúba. Ao buscar os registros orais das famílias gorutubanas para compreender as memórias significativas dos expropriados do São José do Gorutuba, fixamos as questões no passado e nas lembranças. Nesse sentido, “A memória se declina no presente e é o impulso de ações para o futuro” (LE GOFF, 1990, p.32). A ligação presente, passado, futuro revela um olhar para a direção que se foca na constituição cultural do povo gorutubano.

Trazendo lembranças de uma época que muitas famílias foram desapropriadas, refletindo o papel do estado e sua omissão, estamos questionando o processo de construção da barragem, entretanto reconhecemos também os benefícios do projeto de irrigação. Em oposição, criamos um empasse com relação às pessoas que tiveram suas terras ocupadas. Idosos, crianças, jovens que viviam em família e os pais dessas famílias que não receberam um valor honesto por suas casas, plantações e terras.

Quando construíram a barragem, foram retiradas famílias que viviam na bacia hidráulica, onde se situa o açude. Ela está localiza na parte alta. Também foram desapropriadas pessoas que viviam na margem do rio Gorutuba, na parte baixa do Vale do Gorutuba, com a finalidade de fazer o perímetro de irrigação. A demolição das moradias ocorreu de maneira bruta, por que não havia necessidade de destruir as casas da comunidade São José do Gorutuba. A água da barragem do Bico da Pedra não chegou perto da comunidade. Mas anunciaram que a água inundaria a vila Gorutuba e submeteria até o telhado da igreja. Ao serem retiradas de suas origens, os moradores perderam parte significativa do o vínculo das pessoas com o lugar. Muitos nunca mais voltaram à vila

São José do Gorutuba. Entretanto carregaram consigo a identidade, característica forte de costumes forjados desde o nascimento.

REFERENCIAS

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

OAKESHOTT, Michael. **A política de fé e a política do ceticismo.** São Paulo: É Realizações, 2018.

Entrevistados: Eliezer Veríssimo, Eduarda da Silva e Cleusa da Silva

ROSANA MARIA DOS SANTOS - Doutoranda e mestra em história pelo Programa de Pós-graduação em História, na linha de pesquisa cultura, patrimônio e memória, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. É especialista em história do Nordeste do Brasil pela Universidade Católica de Pernambuco e especialista em turismo e patrimônio pela Faculdade Frassinetti do Recife, com pesquisas inseridas no campo dos estudos culturais. Graduada em história (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada em gestão de turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

ÍNDICE REMISSIVO

H

I

L

M

O

P

R

S

T

U

V

INOVAÇÃO E GÊNERO:

EM BUSCA DE UM MUNDO INCLUSIVO 2

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023

INOVAÇÃO E GÊNERO:

EM BUSCA DE UM MUNDO INCLUSIVO 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2023